

ANGELITA DE LIMA OLIVEIRA

**REFLEXOS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO
MERCADO DE TRABALHO: desigualdades de
gênero**



ARARAQUARA – S.P.
2022

ANGELITA DE LIMA OLIVEIRA

REFLEXOS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO MERCADO DE TRABALHO: desigualdades de gênero

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e Educação Sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Débora Raquel da Costa Milani

Araraquara – S.P.
2022

O48r

Oliveira, Angelita de Lima

REFLEXOS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO MERCADO DE
TRABALHO : desigualdades de gênero / Angelita de Lima Oliveira.

-- Araraquara, 2022

103 f.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual
Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Débora Raquel da Costa Milani

1. Pierre Bourdieu. 2. Classe trabalhadora. 3. Violência simbólica.
4. Mercado de trabalho. 5. Desigualdades de gênero. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

REFLEXOS DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NO MERCADO DE TRABALHO: desigualdades de gênero

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e Educação Sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade

Orientadora: Profa. Dra. Débora Raquel da Costa Milani

Data da defesa: 25/02/2022

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Débora Raquel da Costa Milani
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP –
Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara/SP

Membro Titular: Prof. Dr. Rinaldo Correr
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP –
Faculdade de Ciências e Letras – Araraquara/SP

Membro Titular: Prof. Dr. Paulo César Cedran
Centro Universitário “Moura Lacerda” - Ribeirão Preto / SP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À minha família, que construiu bases sólidas juntamente com uma educação em que o gênero nunca fosse fator limitante para meus sonhos e inspirações, aos meus amigos que trazem o colorido da vida, ao meu querido João Paulo pela força carinho e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força de perseverar em um ano tão atípico e difícil.

À minha orientadora, Profa. Dra. Débora Raquel da Costa Milani, pela excelente orientação tornando-se uma inspiração.

Aos colegas da turma, não somente por compartilhar materiais de estudo e pesquisa, mas por partilhar momentos de angústia e alegrias.

Aos professores do Programa de Mestrado em Educação Sexual pelos ensinamentos.

Aos professores Rinaldo Correr e Paulo César Cedran por aceitarem participar da banca e pelas contribuições.

“A experiência de todos os movimentos libertadores atesta que o sucesso de uma revolução depende do grau de participação das mulheres.”.

Lênin

Resumo

Este estudo tem como objetivo geral analisar a violência simbólica descrita por Pierre Bourdieu e quais seus reflexos no mercado de trabalho; bem como as desigualdades de gênero. Como metodologia utilizou-se a revisão bibliográfica de método qualitativo. Durante a metade, até o final do século XX, Bourdieu criou um quadro conceitual que descreve como o status da subclasse se torna corporificado em indivíduos, e as formas que pessoas, profissionais, e os campos corporativos perpetuam essa opressão. Embora parte da literatura reconheça os aspectos menos positivos, faltam abordagens críticas para a violência simbólica na visão de Bourdieu e como ela reverbera no mercado de trabalho. As diversas formas de discriminação estão relacionadas à exclusão social que origina e reproduz a pobreza. Como resultados observa-se que as teorias de Bourdieu delineiam o papel do “intelectual crítico” em minar a opressão e luta pelo social na vida da classe trabalhadora. Para o autor, a dominação masculina seria uma forma particular de violência simbólica. Portanto, este estudo apresenta o lado teórico no qual, ao introduzir o conceito de violência simbólica no trabalho, pode-se explorar a legitimação do poder em relação a liderança social e econômica. O mercado de trabalho brasileiro está marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero. Conclui-se que o uso da violência simbólica, por colocar o poder em primeiro plano, é útil para desmascarar o custo humano e potencial aos possíveis danos a longo prazo na vida da classe trabalhadora, e, especificamente às mulheres, dentro das organizações.

Palavras-chave: Pierre Bourdieu, Classe trabalhadora, Violência simbólica, Mercado de trabalho, Desigualdades de gênero.

Abstract

This study aims to analyze the symbolic violence described by Pierre Bourdieu and its effects on the labor market; as well as gender inequalities. As a methodology, the bibliographic review of a qualitative method was used. During the mid to late twentieth century, Bourdieu created a conceptual framework that describes how underclass status becomes embodied in individuals, and the ways that people, professionals, and corporate fields perpetuate this oppression. Although part of the literature recognizes the less positive aspects, there is a lack of critical approaches to symbolic violence in Bourdieu's view and how it reverberates in the labor market. The different forms of discrimination are related to the social exclusion that originates and reproduces poverty. As a result, it is observed that Bourdieu's theories delineate the role of the "critical intellectual" in undermining the oppression and struggle for the social in the life of the working class. For the author, male domination would be a particular form of symbolic violence. Therefore, this study presents the theoretical side in which, by introducing the concept of symbolic violence at work, one can explore the legitimacy of power in relation to social and economic leadership. The Brazilian labor market is marked by significant and persistent gender inequalities. It is concluded that the use of symbolic violence, by putting power in the foreground, is useful to unmask the human and potential cost of possible long-term damage in the life of the working class, and specifically the women, within organizations.

Keywords: Pierre Bourdieu, Working class, Symbolic violence, Labor market, Gender inequalities.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** Archive of Modern Conflict London/Reuters 27
- Figura 2** Grevistas mulheres e crianças em frente à Crespi (indústria textil), a 30
primeira a parar na greve geral no Brasil de 1917
- Figura 3** Mulheres trabalhadoras em greve 32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Renda média mensal por sexo, grupos de horas trabalhadas e estratos de escolaridade (Brasil - 1970)	38
Tabela 2	Renda média mensal por sexo, grupos de horas trabalhadas e estratos de escolaridade (Brasil - 1980)	41
Tabela 3	Número de mulheres fora do mercado de trabalho no terceiro trimestre em mil.	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
	1.1 Metodologia	16
2	VIOLÊNCIA SIMBÓLICA	18
	2.1 Teorizando o conceito de violência simbólica organizacional	20
	2.1.1 <i>Habitus-Campo-Capital e o potencial de emergência da violência simbólica</i>	21
	2.2 Uma breve história sobre as mulheres e as relações de trabalho	26
	2.2.1 <i>Abordagens feministas e aumento da consciência</i>	43
	2.2.2 <i>Gênero e patriarcado: desigualdades entre homens e mulheres</i>	44
3	PIERRE BOURDIEU: DOMINAÇÃO MASCULINA E A LÓGICA DA PRÁTICA	49
	3.1 Reflexividade do trabalhador	61
	3.2 Posição dos trabalhadores no campo burocrático	62
	3.2.1 <i>Mapeando as percepções sobre desigualdade de gênero</i>	64
	3.3 Poder e violência simbólica	67
	3.3.1 <i>Realização e poder no trabalho de serviço</i>	68
	3.4 Reflexividade e autoanálise	72
4	O DESAFIO À VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A NATURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER	74
	4.1 Abordagens para libertar a mente e a desnaturalização das relações de poder 75	
	4.1.1 <i>Disparidades e segregações: a desigualdade de gênero</i>	78
	4.2 Reconhecimento errado	80
	4.2.1 <i>Estratégias de condescendência</i>	81
	4.3 A prática da reflexividade: problemas e respostas	82
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

Pierre Bourdieu considera a noção de violência simbólica central para a compreensão de como as desigualdades de classe social no trabalho são reproduzidas no mundo. (Bourdieu, 1992).

Em essência, representa a maneira como as pessoas desempenham um papel na reprodução de sua própria subordinação por meio de internalização e aceitação das ideias e estruturas que tendem a subordiná-las. É um ato de violência justamente porque leva ao constrangimento e subordinação dos indivíduos, mas também é simbólico no sentido de que isso é alcançado indiretamente e sem atos abertos e explícitos de força ou coerção.

Pressupõe, por parte de quem está sujeito a ela, uma forma de cumplicidade que não é nem uma submissão passiva a um externo constrangimento nem adesão livre a valores. A especificidade de a violência simbólica reside precisamente no fato de exigir da pessoa que passa por isso, uma atitude que desafia a comum alternativa entre liberdade e restrição. (Bourdieu, 2005).

Neste sentido, o conceito de violência simbólica é muito diferente de concepções da classe trabalhadora sendo propositalmente manipuladas a fim de fabricar seu consentimento, como evidente, por exemplo, em Metzger, Maugeri e Benedetto-Meyer (2012) noção de hegemonia. Em vez disso, é um processo muito mais orgânico pelo qual indivíduos, por meio de sua experiência do mundo social e das várias instituições e estruturas que o compõem, vêm progressivamente para desenvolver formas de pensar e se comportar como certas de que refletem esta experiência vivida. Como Bourdieu (Ortiz, 1983) explica:

A legitimação da ordem social não é o produto de uma deliberada ação proposta, a partir do fato de que os agentes se aplicam às estruturas objetivas das estruturas sociais do mundo de percepção e apreciação que são emitidas a partir dessas mesmas estruturas e que tendem a retratar o mundo tão evidente. (p.21).

O autor usa a noção relacionada de *habitus* para ilustrar como os indivíduos vêm para internalizar essas formas particulares de percepção e apreciação e, portanto, como a violência simbólica é executada na prática no trabalho. Dentro deste *habitus* dos sentidos pode ser

entendido como um conjunto de predisposições que os indivíduos desenvolvem para abordar, pensar e agir de acordo com os mundos sociais que aprenderam ao longo do tempo como consequência de suas experiências. Quanto mais eles empregam tais pensamentos e ações para "trabalhar" dentro de contextos sociais específicos, quanto mais eles tornam-se uma parte durável e "habitualizada" de seu subconsciente.

Morales (2010) observa que a crescente influência do trabalho dos geógrafos sociais sobre últimos anos e a ênfase que deram à importância do lugar e espaço na construção da identidade das pessoas forneceu oportunidades para o desenvolvimento desses conceitos de violência simbólica e *habitus*. Isso é particularmente evidente em termos de significados que tendem a ser atribuídos à localidade para pessoas da classe trabalhadora e da classe média.

Para algumas famílias da classe trabalhadora, a falta de oportunidades e recursos para viajar frequentemente além dos confins de sua área local fornece o mecanismo pelo qual a localidade pode assumir um significado social e emocional particular. (Albino, Cattabriga, Rezende, & Neiva, 2011).

Os fatores como "raça" e gênero, também tendem a contribuir além desta existência localizada e forçada à medida que o território se torna construído em relação a um mosaico local de áreas "seguras" e "proibidas". Para aqueles em locais específicos, isso pode levar ao desenvolvimento de identidades compartilhadas mais fortes através da construção do que G. Santos (2015) denominou "nacionalismo da vizinhança", que às vezes pode transcender outras diferenças.

Para outros, esta construção de apego a uma específica localidade não é apenas uma resposta imposta a estruturas mais amplas e processos de alienação, mas podem ser mais estratégico. Na verdade, Silva e Oliveira (2017) argumentaram que uma forte ênfase no localismo pode às vezes ser vista como uma estratégia da classe trabalhadora para lidar com problemas estruturais e mudanças.

Medeiros e Campos (2020) argumentou em seu estudo sobre mulheres em comunidades da classe trabalhadora; altos níveis de desemprego combinados com a situação econômica precária da maioria dos habitantes obriga residentes a criar e manter relacionamentos de apoio dentro da localidade.

A importância da localidade para determinadas comunidades da classe trabalhadora pode, portanto, ser ao mesmo tempo uma realidade forçada e também mais resposta estratégica a estruturas sociais mais amplas de desigualdades. Além disso, tende a ser um fenômeno especificamente da classe trabalhadora. Estudos comparativos de experiências dos

trabalhadores e padrões de amizade mostraram que, enquanto as classes baixas e médias que são trabalhadoras tendem a desenvolver relacionamentos que são situacionais, as classes altas e trabalhadoras têm as oportunidades e recursos para estabelecer relacionamentos que tem pouca consideração por lugar ou localidade e são, em vez disso, baseados em tarefas compartilhadas e interesses. (Trigo, 1998).

Em última análise, a importância da localidade para o *habitus* da classe trabalhadora pode fornecer o mecanismo através de formas particulares da violência simbólica que ocorre. Esta "visão local do mundo", como Bender (2017) argumentou, tende a limitar as aspirações e condutas das classes trabalhadoras para uma situação em que pais, irmãos e o grupo de pares são uma fonte de sabedoria convencional sobre o mundo.

Setton (2002) afirma que na ausência de outras oportunidades, a "rua" pode se tornar um meio alternativo (se não o único) de sucesso.

Segundo Bourdieu, nas palavras de Wacquant (2002), o trabalho pode ser considerado como arenas, redes e espaços sociais onde os indivíduos vivem e definem suas vidas sociais. Também conhecidos como campos, Bourdieu descreveu esses espaços sociais em uma linguagem semelhante à de uma guerra ou jogo, com "campos de batalha", "estacas", "regras do jogo", "relações de poder", "interesses comuns" e "trunfos". (Souza, 2014). Além disso, os campos de trabalho têm limites, por exemplo, o profissional (várias profissões), pessoal (famílias, redes sociais, residência) e política (instituições administrativas, agências políticas). Alguns dos campos comuns encontrados no trabalho de Bourdieu incluem o cultural, campos econômicos, intelectuais, burocráticos e de poder. Além disso, os campos também incluem subcampos. Por exemplo, o intelectual o campo pode incluir os subcampos de artes e ciências sociais; ou no caso da área burocrática, os subcampos podem incluir as "armas" previdenciárias e penais do estado. (Wacquant, 2002).

As "apostas" "relações de poder" e "interesses comuns" inerentes aos campos de trabalho giram em torno da noção de capital de Bourdieu. Conforme descrito por Bourdieu, o capital é qualquer recurso em uma arena social que permite que um indivíduo se beneficie da participação. (Bourdieu, 1992; Wacquant, 2002).

Existem três formas principais do capital: econômica (bens materiais e financeiros), cultural (educação, sotaque, roupas, comportamento e objetos como livros e arte), e social (redes com indivíduos bem colocados). (Bourdieu, 2001).

Conforme definido por Bourdieu (1992), o capital simbólico é mais bem compreendido como um traço de favorabilidade, mantido por qualquer uma das três formas primárias quando são reconhecidas pela maioria ou pelos detentores do poder como legítima.

A teoria de Bourdieu também afirma que sempre há competição por capital porque ele só pode ter valor quando são escassos e são desigualmente distribuídos. Assim, a competição é um componente essencial do capital, e existe dentro dos campos e entre eles, os indivíduos estão em uma luta constante para afirmar formas de capital, ganhar acesso, controle e desvalorizar outras formas de capital. (Wacquant, 2002).

No geral, essa ênfase crescente na localidade também se estendeu, nos últimos anos, para incluir um enfoque nos locais de trabalho. Um número crescente de estudos importantes surgiu e começou a explorar o uso e identificação com o lugar e, dentro disso, alguns estudos têm focado mais especificamente nas ligações da classe trabalhadora com a localidade, como mencionado acima. (Silva & Oliveira, 2017). Por enquanto, porém, algumas pesquisas abordaram a importância da localidade na classe trabalhadora e escolha de escolas pelos pais, poucos estudos tem se concentrado no impacto da violência simbólica e como ela reverbera no mundo do trabalho.

Apesar da riqueza de percepções geradas sobre o trabalho em serviços e sua relação com as múltiplas dimensões da corporificação, a literatura sobre a temática apenas começou a abordar o corporativismo como um eixo estruturante da corporificação do trabalho em serviços de maneira que reproduzem amplamente as desigualdades sociais existentes (Brandão, 2010).

Uma dimensão importante do trabalho corporificado por razões teóricas e empíricas é existente. Argumentou-se que as formas de incorporação não estão de acordo com as normas estéticas do trabalho de serviço voltado para o cliente, refletindo um *habitus* de classe média. (Risso, 2008).

Isso implica que o *habitus* que os indivíduos desenvolvem em um ambiente de trabalho em oposição a um campo não corporativo os dota de capital cultural menos corporificado dispensável no trabalho de serviço, reproduzindo assim as clivagens de classe existentes entre a cidade e o campo. A divisão do trabalho é altamente atual, pois a migração das áreas empresariais para os não empresariais está ocorrendo em um ritmo muito mais rápido do que antes na história da humanidade. (Silva & Oliveira, 2017).

Os trabalhadores não apenas se distanciam de sua incorporação, mas também legitimam sua subordinação ao reivindicar um senso de melhoria em seu status e conhecimento. Essas descobertas mostram a violência simbólica exercida sobre os corpos dos trabalhadores, destacando a importância da divisão: empresa e funcionário na dominação de classe.

A classe social constitui uma categoria analítica fundamental da pesquisa de

Bourdieu, tanto que ele é rotineiramente incluído em listas dos principais teóricos da classe contemporânea. No entanto, apesar dessa centralidade, a compreensão particular desse conceito que anima o trabalho e permanece obscura na literatura secundária. (Morales, 2010).

Primeiramente é importante tomar como ponto de partida um exercício concreto na análise do trabalho. No caso de Bourdieu, isso implica um foco no mundo do trabalho. Está no contexto de o exame da violência simbólica deste estudo (complementado, com certeza, por uma consideração de relevantes anteriores e posteriores obras) que podemos confrontar o aparato conceitual único de Bourdieu e seus métodos atípicos de tratamento de dados.

Portanto, a violência simbólica, conforme cunhada pela primeira vez por Bourdieu, é definida como uma forma de violência suave, insensível, quase invisível, exercida principalmente por canais simbólicos. Se as violências física e psicológica são comumente compreendidas e reconhecidas, a violência simbólica, que insidiosamente toca e ameaça grupos, valores, cultura, estilo de vida, espaços ou visões de mundo são frequentemente invisíveis, negligenciadas ou minimizadas. (Carrieri, Aguiar, & Diniz, 2013).

No entanto, a violência simbólica prova ter impactos muito duradouros sobre as populações e seus ambientes e leva à marginalização, exclusão, dominação e discriminação por meio de um processo de normalização. Ao impactar estilos de vida, espaços e recursos, essa violência tem consequências nas condições corporativistas, na cultura e nas identidades; e em casos extremos, pode causar um comprometimento da identidade de grupos sociais. Embora a violência simbólica exista em todas as sociedades, sua escala é intensificada em situações difíceis, como conflito prolongado, ocupação, deslocamento forçado e marginalização extrema: situações em que não é mais exclusivamente uma ferramenta para tornar aceitável a dominação suave, mas se torna um meio para impor ativamente a discriminação.

Esses estudos representam a incorporação de primeiro plano para explicar as relações de poder, dominação e subordinação na dinâmica do trabalhador no trabalho. Isso, então, fornece o foco para o presente estudo. Especificamente, este estudo tem como objetivo geral analisar a violência simbólica descrita por Bourdieu e como ela reverbera no mundo do trabalho; bem como as desigualdades de gênero. Portanto, fazendo-se necessário os seguintes objetivos específicos: Estudar a violência simbólica; pesquisar sobre *Habitus*-Campo-Capital e o potencial de emergência da violência simbólica; conhecer a história das mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades de gênero, entender a lógica da prática; demonstrar a reflexividade do trabalhador; descrever sobre o desafio à violência simbólica e a naturalização das relações de poder.

1.1 Metodologia

Este estudo exploratório de método qualitativo tem como base a pesquisa bibliográfica. Considerando o conceito de alguns autores sobre a pesquisa qualitativa. Duas delas definem um estudo qualitativo como “(. . .) o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada.”. (Lüdke & André,1986, p.18).

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1994, pp.21-22).

Sendo assim, a apresentação de dados é de suma importância para a compreensão, das relações arbitrárias de gênero. A pesquisa parte dos conceitos de Bourdieu, percorrendo aspectos históricos da dominação de gênero no mundo do trabalho, bem como ela se apresenta nos dias de hoje, corroborando conhecimento para o meio acadêmico.

Para tanto, considerou-se sequência de procedimentos apresentado por Salvador (1986), que compreende, de acordo com o autor, quatro fases de um processo contínuo, a saber:

- Elaboração do projeto de pesquisa: momento em que se pensa na elaboração do tema.
- Investigação das soluções: fase comprometida com levantamento da bibliografia e levantamento das informações contidas na bibliografia. É o estudo dos dados e/ou das informações presentes no material bibliográfico.
- Análise explicativa das soluções: etapa que consiste na análise de dados, na apuração do conteúdo das afirmações. Esta fase não está mais atrelada à exploração do material, mas sim é construída sob a capacidade crítica do pesquisador para explicar ou justificar os dados e/ou informações contidas no

material selecionado.

- Síntese integradora: período que constitui o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos. Compreende as atividades relacionadas à apreensão do problema, investigação rigorosa, visualização de soluções e síntese. É o momento de conexão com o material de estudo, para leitura, anotações, indagações e explorações, cuja finalidade consiste na reflexão e na proposição de soluções.

As fontes utilizadas foram as seguintes bases de dados acessadas: UFJF, SCIELO, GOOGLE BOOKS, BPUBS e PSYCLINE, disponíveis online e publicados. Na pesquisa também foram acessadas as publicações de monografias sobre a temática, publicadas nas seguintes bases de dados: UNESP, FAIT, UFFRJ, UNOESC, UFRJ, E-TECH, FITEC e UFPR. Na pesquisa das fontes, foram considerados critérios de inclusão bibliográfica que abordavam a temática e foram excluídas as informações que não atendiam o tema.

Os materiais foram selecionados por leitura seletiva e objetiva, a fim de verificar se os materiais consultados abordam a proposta do tema e se o registro das informações extraídas tem relevância, para isso analisamos com cautela os autores, ano de publicação, métodos, resultados e conclusões.

Para análise e interpretação de dados, procuramos compreender as informações e sumariá-las, de acordo com as fontes pesquisadas, para que pudéssemos possibilitar o alcance dos objetivos do estudo.

2 VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

O conceito de "violência simbólica", que deveria informar a teorização mais ampla de Bourdieu sobre poder e dominação, foi desenvolvido para explicar como as hierarquias e desigualdades sociais são mantidas menos pela força física do que por formas de dominação simbólica. O autor define a violência simbólica como uma forma de violência que é: “exercida na maior parte, através dos canais puramente simbólicos de comunicação e cognição, reconhecimento ou mesmo sentimento.” (Bourdieu, 1989, p. 65).

Sistemas de simbolismo e significados são impostos a grupos ou classes de pessoas de forma que sejam experimentados como legítimos. Assim, a gradual aceitação e internalização de ideias e estruturas que tendem a subordinar certos grupos de pessoas, mascara as relações de poder subjacentes. (Albino et al., 2011). Por exemplo, o domínio dos homens é legitimado como a “ordem natural das coisas”, em que as mulheres são consignadas as posições sociais inferiores. (Wacquant, 2002).

A violência simbólica é imperceptível, insidiosa e invisível. Invisibilidade constitui uma eficaz ferramenta de dominação silenciosa e silenciamento dos dominados. Discursos dominantes geralmente funcionam para silenciar todos os outros discursos periféricos ou subalternos. O silêncio não é superado simplesmente permitindo que o subalterno possa falar ou expressar suas preocupações; tais atos são fúteis para superar o silêncio. Em vez disso, uma mudança sistêmica e estrutural precisa ocorrer para garantir que eles sejam realmente ouvidos e acordados. (Peters, 2013).

Trata-se de identificar a cumplicidade estrutural em silenciar setores particulares da sociedade. Junto com o reconhecimento do funcionamento de silenciamento institucional, Leal, Miranda, Araújo e Borges (2012) sugerem que, o silenciamento também opera na própria construção de nossa realidade enquadrando diálogos de intersubjetividade para que uma voz particular se torne monolítica e, portanto, naturalizada.

A própria linguagem é uma forma de dominação. A linguagem pode constituir violência e ser co-constituída por ela. A linguagem inclui e exclui, ela enquadra os discursos através dos quais a realidade social é construída e, conseqüentemente, tem implicações para o poder. Por exemplo, Bourdieu (1992) explora como os jornalistas enquadram debates e notícias na televisão, usando a mobilização de uma linguagem particular que muitas vezes sensacionaliza as notícias. Ele argumenta que o espectador só consegue ver uma determinada realidade social construída que é em si mesma o exercício do poder, ou, como ele diz, a violência simbólica em que a violência é exercida com cumplicidade tácita entre suas vítimas

(os telespectadores e seus agentes de notícias).

A dominação que surge da violência simbólica é menos um produto de coerção direta, mas mais como um produto de quando aqueles que são dominados param de questionar a ordem das coisas; param de questionar relações de poder existentes à medida que percebem o mundo e o estado de coisas em uma atividade social como natural e imutável. No entanto, ao mesmo tempo, os indivíduos não questionam seus próprios papéis na produção e reprodução de dominação e subordinação. (Janowski & Medeiros, 2018).

A violência simbólica e a dominação são exercidas sobre os indivíduos através dos hábitos sociais diários, e são geradas através da inculcação sutil de poder e relações sobre os corpos e disposições dos indivíduos. (Souza, 2014). Portanto, a violência simbólica pode ocorrer por meio de processos e práticas da vida cotidiana. Neste estudo, não é a intenção criar uma dicotomia entre violência física e simbólica, e nem minar a importância da violência direta interpessoal. Em vez disso, observa-se que em campos sociais específicos, dentro e fora do trabalho, ambas as formas de violência podem coexistir. Como Bourdieu (2005) enfatizou é importante superar a oposição entre uma visão fisicalista do mundo social que concebe as relações sociais como relações físicas, força e uma visão “cibernética” ou semiológica que as retrata como relações de força, como relações de sentido ou relações de comunicação. As relações de força mais brutais são sempre relações simultaneamente simbólicas. (Ortiz, 1983).

Carrieri, Aguiar e Diniz (2013) entendem essas distinções em termos de modos “elementares” e “complementares” de dominação. Modos elementares de dominação são relações de dominação feitas, desfeitas e refeitas pelas interações entre as pessoas.

Araújo, Alves e Cruz (2009) argumenta que essas interações devem ser entendidas junto com modos “complementares” de dominação, que são invisíveis, como a dominação de instituições e discursos particulares que podem parecer neutros, apolíticos e imparciais, mas são, na verdade, interseccionados por formas de relações e estruturas de poder racializadas e etnizadas, de gênero e classificadas. Tãoelementar, os modos de dominação (violência física) devem ser entendidos em conjunto com modos de dominação, nomeadamente a violência simbólica.

Bourdieu (2001) apoia isso por sugerir que sempre que a violência física e econômica explícita é sancionada negativamente ou encontra reprovação coletiva, violência simbólica, “a forma gentil e invisível de violência” torna-se o modo mais seguro de dominação. Assim, a violência simbólica carece da qualidade intencional e instrumental da força física bruta e coercitiva e, em vez disso, funciona não diretamente nos corpos, mas por meio deles.

É por esta razão que em alguns casos, os trabalhadores reconhecem a violência física como mais tangível porque muitas vezes resulta em "cicatrizes" que potencialmente "curam". Em contraste, a violência simbólica é muitas vezes mais difícil de recuperar por causa da maneira como funciona no corpo.

2.1 Teorizando o conceito de violência simbólica organizacional

Ao adicionar o conceito de violência simbólica a uma perspectiva organizacional, pretendemos explorar como o poder e a dominação no trabalho podem ser ocultados em cotidianos bem-intencionados sobre as condições de trabalho. Cumplicidade, arbitrariedade e reconhecimento incorreto são os aspectos mais importantes dessa forma particular de poder.

Em um esforço para fornecer uma definição clara, Bourdieu escreveu: “violência simbólica, serve para impor poder da forma mais concisa e simples possível, é a violência que é exercida sobre um agente social com sua cumplicidade”. (Wacquant, 2002, p.40).

Nesse sentido, a violência simbólica diz respeito a uma forma sutil de poder que pode penetrar nas relações humanas e fazer o indivíduo obedecer de maneira relativamente indiscernível.

O conceito de Bourdieu está claramente baseado no fato de que o poder está sempre conectado a agentes sociais identificáveis com posições e disposições distintas em um campo hierarquizado.

A violência simbólica opera dentro das organizações em virtude do fato de que os indivíduos com posições menos poderosas no campo devem, eventualmente, aprender a responder, por meio de modos de pensamento e sentimento, ao que eles percebem como as regras do jogo autoevidentes e legítimas. (Vasconcelos, 2002).

Assim, a violência simbólica é reforçada pelo fato de que as próprias partes envolvidas essencialmente consideram a situação como certa e aprendem a jogar o jogo. Bourdieu também descreve a violência simbólica como: uma violência suave, imperceptível e invisível, mesmo para suas vítimas. (Bourdieu, 2001).

Esse significado, entretanto, não implica necessariamente que a violência simbólica seja impossível para as partes envolvidas, apenas que seja difícil de detectar. Toda violência simbólica baseia-se fundamentalmente em estruturas organizacionais de dominação e relações sociais assimétricas. (Fagundes, 2017). Quando realizou seu famoso estudo sobre o sistema educacional francês. Em seu estudo, ele mostrou como os professores, em virtude de sua autoridade conferida, reproduziam as diferenças de classe, ou seja, como perpetravam a

violência simbólica por meio de sua interação cotidiana e da comunicação com seus alunos.

Seguindo o conceito de dominação legítima de Max Weber (1992), a violência simbólica pode, portanto, ser entendida como o poder de impor (e mesmo inculcar) instrumentos de conhecimento e expressão (taxonomias) da realidade social, que são arbitrários, mas não reconhecidos como tal. (Bourdieu, 2005).

A violência simbólica é, em outras palavras, uma forma de poder que não é realmente percebida como poder, mas sim baseada no não reconhecimento, pois usa todas as formas de “persuasão oculta”, a mais implacável é aquela exercida, simplesmente, pela ordem das coisas.

Para adquirir uma compreensão mais profunda de como a violência simbólica pode funcionar na vida cotidiana, também é importante considerar os conceitos de *habitus*, campo e capital (estão descritos de forma mais aprofundada nos próximos capítulos deste estudo), que juntos servem para ilustrar a complexidade das relações de poder na sociedade.

2.1.1 *Habitus-Campo-Capital e o potencial de emergência da violência simbólica*

Habitus, campo e capital são as teorias mais famosas de Pierre Bourdieu para explicar os humanos, as atividades que para eles, não podem ser generalizadas.

Em Héron (1987) o conceito de *habitus* tem uma longa história nas ciências humanas. Aplicada pela tradição escolástica, elucida a noção grega *hexis* utilizada por Aristóteles para designar então características adquiridas em um processo de aprendizagem.

Também usada por Émile Durkheim, obteve sentido parecido, fazendo uso do conceito para designar um estado geral dos indivíduos, estado interior e profundo, que orienta suas ações de forma durável. (Dubar, 2000; Ortiz, 1983; Lahire, 1999). *Habitus* torna-se um sistema de pensamento, motivacional, estrutura e até mesmo a capacidade de responder com a ação mais adequada ao enfrentar cada estímulo.

Para Bourdieu (1995), o *habitus* compreende estruturas perceptivas e disposições corporificadas que organizam a maneira como as pessoas veem o mundo e como agem nele.

(. . .) um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas (. . .). (Ortiz, 1983, p. 65).

Habitus denota um sistema de disposições, estruturado por uma série de repertórios que um indivíduo internalizou por meio da socialização. O *habitus* gera um “sentido do jogo” específico que está intimamente ligado a certos valores em jogo em um campo.

Entretanto, a violência simbólica não está envolvida em todas as formas de socialização, porque todo processo de socialização e transferência de conhecimento obviamente não é uma questão de exercício de poder. Ainda assim, a violência simbólica desempenha um papel importante na imposição de regras arbitrárias, como aquelas envolvidas em práticas de trabalho e qualificação sobre como fazer uma carreira.

Produto da história, o *habitus* produz as práticas, individuais e coletivas, portanto, da história, conforme os esquemas engendrados pela história; ele garante a presença ativa das experiências passadas que, depositadas em cada organismo sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo. (Bourdieu, 2009, p. 90).

Nesse contexto, um indivíduo pode em uma estrutura social irá se comportar de acordo com a posição e disposição. É quando a ordem é necessária. Curiosamente, não é apenas o indivíduo “consciência” que pode “registrar” a ordem, mas também o corpo do indivíduo, que pode ser disciplinado e feito para lembrar o que pode e o que não pode ser feito. (Morales, 2010).

Em outras ocasiões, o corpo e a mente voltam a ser capaz de sinergizar diante de outras novas estruturas encontradas pelo indivíduo. Isto é parcialmente desencadeado pelo processo gravado de aprendizagem e parcialmente por espontaneidade, improvisação e atos inconscientes. Quando isso acontece, as regras podem ser irrelevantes devido ao tempo imprevisto de aceleração.

A presença de *habitus* não pode ser separada dos outros dois conceitos: campo e capital. De acordo com Bourdieu, a estrutura constitutiva de um ambiente (como o trabalho e sociedade) gera um *habitus*, um sistema quase permanente, disposições “contagiosas”, estruturadas que também funciona para a o conserto estruturante. Além da sensibilidade e da habilidade de um indivíduo para responder a vários eventos em sua vida, *habitus* também dá a orientação e inclinação por suas ações inconscientes.

O *habitus* orienta o indivíduo a jogar o “jogo” e prepara um conjunto de atos

correspondentes. O *habitus* torna-se o estado de espírito, o estado do corpo e o estado do ser (Thiry-Cherques, 2006). O *habitus* semelhante adotado por muitos indivíduos em um grupo, o que também se torna a construção da intersubjetividade, irão transformar-se no *habitus* dominante.

O *habitus* trabalha no contexto do campo. Bourdieu vê que as ações na arena não são a reflexão estática das posições existentes, mas como os resultados de vários consensos para tomar posições. (Medeiros, 2013). Isso significa que um contexto é necessário para fazer um *habitus* funcionar. Portanto, o *habitus* precisa do apoio do capital que corresponde ao contexto para que o indivíduo possa “lutar” no campo. A estratégia é a palavra-chave. Um indivíduo pode mudar o *habitus* rapidamente e mostrar o capital mais adequado para alcançar o objetivo no campo. Então, é óbvio que o *habitus* muitas vezes se torna as regras inconscientes dos indivíduos para conduzir sua vida em sociedade.

O *habitus* funciona consciente ou inconscientemente em um indivíduo. Bourdieu compara-o a atletas entrando no estádio (Bourdieu, 2005). Em relação à competição em campo, Bourdieu comenta sobre a regra do jogo chamada “Doxa1”¹. É o entendimento dominante considerado como “a regra” por causa da objetividade praticada na estrutura e a compreensão das pessoas no campo. (Leal et al., 2012). No entanto, todo o campo também acomoda muitos outros *habitus*. Assim, não se trata apenas do problema da contestação entre *habitus*. Doxa, é considerado cúmplice da ideologia capitalista, também pode reprimir o *habitus* de alguém e antes afirmar o *habitus* dominante, de modo que a violência simbólica ocorre com a legitimação da empresa. Bourdieu também observou como as práticas capitalistas também têm sua forma de preservar seu poder por meio da violência simbólica que penetra nas práticas de relações sociais, o que é mais brutal e desumanizado, exclusivamente para os interesses econômicos. (Bourdieu, 2007).

Portanto, um campo é definido como uma espécie de arena na qual as pessoas jogam um jogo que tem certas regras, e essas regras que são diferentes daquelas do jogo que é jogado no espaço adjacente. (Bourdieu, 1995).

Um campo é um sistema de relações que possui suas próprias hierarquias especiais de posições e que depende fortemente da quantidade de capital que os agentes incorporam. Existem quatro formas diferentes de capital: Capital social (família, amigos, colegas, redes), capital econômico (dinheiro e recursos), capital cultural (educação, conhecimento,

¹ Doxa é um sistema ou conjunto de juízos que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico supondo tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural, mas que para a filosofia não passa de crença ingênua, a ser superada para a obtenção do verdadeiro conhecimento.

habilidades) e capital simbólico (status, honra, respeito). O *habitus* de uma pessoa é uma composição dessas diferentes formas de capital, que gera uma posição objetiva no campo. Por exemplo, quando gerentes seniores pedem aos seus subordinados ou de pessoas abaixo do cargo deles sobre como eles devem lidar com as questões da empresa nas reuniões e/ou palestras, eles fazem isso com uma dada autoridade, status e poder.

Consequentemente, o campo deve ser à medida que os contextos sociais que devem ser enfrentados pelo indivíduo podem ser muito tangíveis, mas também podem ser intangíveis. A estratégia e habilidade para colocar o *habitus* irão determinar o sucesso do indivíduo nas relações sociais, e um pode até mesmo dominar. Quando um indivíduo coloca seu *habitus* por engano, ele pode ser eliminado e deve aceitar o *habitus* mais dominante. É por isso que Bourdieu chama o campo de "campeão", uma arena cheia da batalha de *habitus* dos atores internos. (Almeida, 2005).

Portanto, Bourdieu amplia o entendimento de classe estratificada por meio de quatro capitais: Econômico, cultural, social e simbólico. Bourdieu vê que cada campo tem o potencial de criar sua estrutura por causa da contestação de capital e da capacidade e incapacidade das pessoas dentro dela de postar seus capitais e *habitus*. Por causa da estrutura, as classes crescem em todos os campos: Classe baixa, média e alta. (Lucas & Silveira, 2017). Para ele, o capital intangível como símbolo cultural é mais potencial para gerar violência, em comparação com o capital econômico que pode ser facilmente convertido.

Bourdieu considera o capital como a "acumulação de história". (Araújo, Alves, & Cruz, 2009). Bourdieu ainda vê, bem como o capital social e simbólico, desempenha um papel importante na criação de *habitus* de um indivíduo. Capital é a energia social que só existe e frutifica no campo de batalha onde produz e reproduz. O capital cultural atua na determinação e na reprodução da posição social

Embora acreditamos que a maneira de Bourdieu de explicar os fenômenos sociais usando o conceito de *habitus* às vezes tende a ser excessivamente estruturalista, bem como semideterminista, concordamos com Medeiros e Campos (2020), que escreveram: “a violência simbólica é uma forma de conceituar a dominação legítima, o *habitus* conceitua como a dominação estrutural é mediada no nível interpessoal”. (p.17).

Este é um ponto importante, e acreditamos que haja espaço para teorizar os conceitos de Bourdieu de uma maneira ligeiramente diferente. As disposições são de fato cruciais, mas também são a criatividade e a interpretação contínua do significado que estão em curso na interação cotidiana. Ainda assim, não pode haver criatividade sem hábito. (Silva & Oliveira, 2017).

Para os fins do presente estudo, gostaríamos, portanto, de defender uma noção “fraca” de *habitus*, evitando ver todas as práticas sociais como hábitos fortemente internalizados e significados institucionalizados. A nosso ver, fazer isso é principalmente uma questão de não entender a violência simbólica como uma força uniforme ou abrangente. Em vez disso, nossa intenção é de adotar uma posição mais interacionista, levando em consideração a tensão entre as abordagens disposicional e situacional. Porque, como o sociólogo Rosa e Brito (2009) afirmou recentemente em um artigo:

Mesmo que aceitemos que o significado é sempre feito em uma situação particular, não fica claro o quão importante é o que acontece na situação para a formação de significado. Precisamos entender principalmente o passado dos atores, quando os potenciais para agir foram inculcados, os hábitos formados e cristalizados. Ou, alternativamente, o desdobramento progressivo presente da interação e suas pressões endógenas “onde está a ação”. (Rosa & Brito, 2009, p.49).

Usando uma noção “fraca” de *habitus*, desejamos enfatizar o fato de que a questão de até que ponto o significado e a prática estão entrelaçados na vida profissional permanece relativamente em aberto.

No presente estudo, pode-se justificar parcialmente um *éthos*² de trabalho que, em certa medida, perpetra vários graus de violência simbólica na classe trabalhadora, muitos dos quais descobrem em situação mais ou menos precária.

O fato de a organização fornecer cargos, regras, conhecimentos e recursos que possibilita a violência simbólica. E esta, especialmente relacionada ao poder das expectativas; a comunicação de expectativas pode ser vista como uma capacidade de influenciar alguém a agir de determinada maneira. (BOURDIEU, 1992).

No entanto, a violência simbólica certamente não equivale à mera influência social, porque a estrutura organizacional confere a ela um caráter e uma direção mais distintos, ao passo que a influência social é geralmente mais flutuante e pode transcender as fronteiras e na reprodução da posição social.

² *Éthos* é um conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característicos de uma determinada coletividade, época ou região ntre campos diferentes.

2.2 Uma breve história sobre as mulheres e as relações de trabalho

Anteriormente ao século XIX e início do século XX, a sociedade pautava-se em esferas sociais muito bem definidas, as mulheres reservadas à esfera privada, ao matrimônio, à função reprodutiva e ao instinto “natural” materno, enquanto os homens eram destinados aos espaços públicos e de lideranças, sendo assim, a representação de uma figura produtiva os colocava numa posição especial de provedor da família.

Para Macedo (1985), anteriormente à fase da grande expansão da indústria na Inglaterra (no século XVIII), “as mulheres bordavam, faziam crochê, bordados brancos, pontos de renda e seguiam urdindo, fiando e tecendo, principalmente a domicílio” (p. 16), trata-se então do trabalho feito por mulheres dentro da esfera privada.

Com a industrialização, as mulheres passam a fazer parte do modo de produção exarcebado das máquinas:

As transformações engendradas pelo sistema de máquinas, acompanham modificações a nível da divisão do trabalho. Por um lado, as máquinas exigem operários qualificados, aqueles que ficarão a cargo da manutenção e do conhecimento técnico relativo à produção. Por outro, a ampliação da divisão do trabalho requer trabalhadores especializados – não qualificados, no sentido de não deterem o conhecimento técnico da produção, bem como trabalhadores auxiliares. Estas categorias serão os novos operadores das máquinas. (Macedo, 1985, p.18).

Nesse sentido, as mulheres das classes menos abastadas, que anteriormente eram mantidas em trabalhos de ordem privada e artesanal, formavam uma nova força de trabalho na indústria, impulsionada também pela guerra.

Com o acesso limitado à educação, decorrente dos processos históricos, a nova força de trabalho da manufatura era vista como mão de obra não qualificada, com o pretexto de uma suposta inabilidade “natural” feminina, possibilitando uma exploração mais aguda desta força.



Figura 1. Archive of Modern Conflict London/Reuters. Fonte: Imagem da internet (2015³). Em imagem de 1916, mulheres trabalham em fábrica de munição em Londres.

Segundo Thebaud (1991), no início da Primeira Guerra (1914) as mulheres já ocupavam 40% dos postos de trabalho, já no ano posterior (1915), ocupavam aproximadamente 80% da mão de obra, exercendo papéis de enfermeiras, camponesas e comerciantes, e executando atividades nas indústrias têxteis.

Simbolicamente, a guerra revivifica os mitos da mulher salvadora e consoladora, mais do que comprova as capacidades femininas. Salvo para as feministas, que, em cada país, põem em evidência a eficácia do trabalho feminino e tentam, com mais ou menos insistência, assimilar a mobilização das mulheres à dos homens pela utilização de um vocabulário militar. (Thebaud, 1991, p. 46).

Destarte, o trabalho da mulher era concebido com uma força laborial secundária, na falta da mão de obra masculina. Entretanto, Heleieth Saffioti, socióloga brasileira, em seu livro “A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade” afirma que as mulheres das classes não abastadas nunca estiveram distantes do trabalho produtivo.

³ Guerra destruiu figura do "homem herói" e consagrou mulher no trabalho. (2015). *Uol*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/05/08/guerra-destruiu-figura-do-homem-heroi-e-consagrou-mulher-no-trabalho.htm>.

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação da riqueza social é extremamente lento) não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho é ainda necessário para garantir a ociosidade das camadas dominantes. (Saffiotti, 1979, p. 35).

Ainda conforme a análise da autora houve mudança da condição feminina no capitalismo:

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental. O aparecimento do capitalismo se dá, pois, em condições extremamente adversas a mulher. No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com a desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era natural a subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos e mitos justificadores da supremacia masculina, e, portanto de ordem social gerada; no plano estrutural a medida que se produziam às forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada, ou seja perifericamente situada no sistema de produção. (p.35).

Nesse sentido, com a tomada da industrialização, a necessidade de explorar ao máximo as forças de trabalho torna-se uma característica contundente e a desvalorização do trabalho da mulher, pautada em um ideário de uma “superioridade natural masculina”.

O processo de mecanização do trabalho consolidou uma sociedade sexualmente dicotômica, em que se encontravam bem-marcados os espaços ocupados pelos sexos,

possibilitando uma exploração do trabalho feminino pautando- se no caráter biologizante.

Para Silva (1987), mesmo se as mulheres estivessem ao lado de seus colegas nas lutas da classe operária, eram consideradas um desarranjo social, por desservir suas funções consideradas primordiais e naturais de reprodução da espécie humana e cuidados com o outro e o lar.



Figura 2. Grevistas mulheres e crianças em frente à Crespi (indústria textil), a primeira a parar na greve geral no Brasil de 1917. Fonte: Imagem da Internet (2019)⁴.

Rago (1997) elucida que:

Nas primeiras décadas do século XX, no Brasil, grande parte do proletariado é constituído por mulheres e crianças. E são vários os artigos da imprensa operária que, assim como o romance de Pagu, denunciam as investidas sexuais de contramestres e patrões sobre as trabalhadoras e que se revoltam contra situação de humilhação a que elas viviam expostas nas fábricas. (p. 578).

Nesse período, a industrialização no Brasil teve forte desenvolvimento com a produção textil. A mão de obra feminina nesse processo cristalisou-se como uma força de trabalho mais barata que a masculina, com a premissa errônea de uma suposta capacidade de resistência à exploração laboral, de jornadas exaustivas, má remuneração e assédio:

⁴ Mulheres estavam na linha de frente da primeira greve geral da história do Brasil. (2019). *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/01/mulheres-estavam-na-linha-de-frente-da-primeira-greve-geral-da-historia-do-brasil#:~:text=A%20primeira%20greve%20geral%20da,red%C3%A7%C3%A3o%20das%20cargas%20hor%C3%A1rias%20exaustivas>.

O tosquiador de gado era um senhor gordo e abrilhantado, arrotando abundância e estupidez. É assim que às infelizes obreiras e aos mal nascidos aprendizes pagam os potentados senhores, donos de fábrica de qualquer indústria, explorando a singeleza das nossas patrícias e a inexperiência das crianças. Operário taludo não lhes serve (. . .). Gente que está filiada a centros de resistência e que conhece artigos da Constituição, passa fora! (. . .). E são tão caridosos os donos das fábricas... E são tão ternos para as obreiras bonitas os seus gerentes... Avante!... Só tem direito de vida e pode gozar os prazeres do mundo quem nasceu empelicado e teve dentro da bacia de prata, no primeiro banho, uma moeda de ouro. Filho de pobre? Puh! Porcaria! Toca para a fábrica! Lá está o livro negro da humilhação e onde escreve a palavra tuberculose. (Th.Vanden, 1907 citado por Santos & Pires, 2018, pp. 54-75).

Este trecho, retirado de um artigo da cidade do Rio de Janeiro, do início do século XX, aponta a situação de mulheres e crianças que trabalhavam nessas indústrias, sofrendo a todo tipo de exploração. Entretanto, o autor salienta certa incapacidade de reação das operárias inerente ao sexo feminino.

Perrot (2005) aponta que operárias eram consideradas como “dóceis” pelos patrões, fáceis de manipular, acostumadas a obedecer. A opção por admitir mulheres em alguns setores era oriunda da idéia de que o sexo feminino possuía a delicadeza necessária para lidar com certos produtos, características consideradas “naturais” e vistas como importantes no trabalho fabril, ainda muito manual, ou seja, que também habitavam o imaginário de alguns operários a respeito das trabalhadoras de fábricas.



Figura 3 - Mulheres trabalhadoras em greve. Autor da foto não identificado. Revista Careta, 1917. Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional⁵.

Para a autora, a chamada “profissão de mulher” é uma construção oriunda da relação entre os sexos. Estas qualidades são, num primeiro momento, empregadas às mulheres na esfera doméstica, geradoras de serviços mais do que de mercadorias, no entanto, ao serem inseridas no “trabalho produtivo” essas “qualidades naturais” apresentavam-se como úteis para a execução das atividades e para o bem-estar do ambiente.

Na obra *Emprego doméstico e capitalismo* Safiotti (1979, p. 184) retrata a capitalização do trabalho feminino: “há a mobilidade de uma parcela da mão de obra que se desloca das atividades não capitalistas para as capitalistas com a expansão das últimas para as primeiras no momento de retração desse sistema produtivo”.

Silva (2011) citado por Souza (2019) traz relatos de operárias da indústria do fumo em um episódio conhecido pela “greve das cigareiras” na Bahia na década de 1940:

Outra charuteira afirmava “que tinha gente que tinha a mão pesada, fazia charuto apertado e pesado, mas tinha outras que não. Essas coisas todas. Tinha bico batido, tinha bico lançado, bico de ponta, bico de bojo, tinha charuteira de primeira,

⁵ Greve geral de 1917. (1917). *Riomemórias*. Recuperado de <https://riomemorias.com.br/memoria/greve-geral-de-1917/>.

tinha de segunda”. Esses depoimentos são de charuteiras que trabalhavam em uma grande fábrica no Recôncavo baiano em meados da década de 1940, período em que as mulheres eram a principal força de trabalho na produção de cigarros e charutos, em muito por uma divisão do trabalho que atrelava o ofício de enrolar fumo a características atribuídas às mulheres, como a delicadeza e a paciência que eram exigidas para confeccionar centenas de cigarros ou charutos, um por um, dia após dia, sentadas em um banco apoiadas a um pequeno tablado, inalando o cheiro forte do fumo. (p.3).

Nessa perspectiva, Bourdieu (2002), argumenta que o efeito da dominação se exerce sobre os corpos sem coerção física, através de esquemas de percepção social que, no início da industrialização, era legitimada por ausência de uma legislação trabalhista que trouxesse proteção.

Rago (1997) esclarece, que a falta de regulamentação do trabalho fixava resultava dificuldades ainda maiores para as mulheres:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como naturalmente masculino. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um bom partido para casar e assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. (pp.581-582).

Destarte, as adversidades no mercado de trabalho não perpassam unicamente pela exploração embasada na ordem capitalista, mas, também, pelas sistemáticas de arbitrariedades das relações de dominação de gênero, consolidadas através de construção histórica.

As atribulações e os abusos sofrido por homens da classe operária, jamais seriam os mesmos sofrido pelas mulheres operárias.

A competição entre homens e mulheres é bastante diversa da competição dos homens entre si; a primeira talvez não chegue a ser verdadeiramente uma competição. A competição, obviamente, nunca é livre. Os homens entram na luta com diferenças de raça, de educação, de poder político, de religião, enfim, com diferenças naturais e sociais (de classe) bastante marcadas e de difícil superação. As mulheres, entretanto, contam não somente com as determinações que situam contingentes formados de homens e mulheres numa posição estrutural antagônica à de outros contingentes igualmente constituídos por homens e mulheres; arcam também com o peso de uma outra determinação: o sexo. (Safiotti, 1979, p.42).

Na esteira histórica, há profusos relatos acerca dos abusos sofridos por mulheres no exercício laborial o qual tem como aspecto principal o sexismo:

O diretor da fábrica negou o pedido feito por uma comissão de operários para readmitir uma trabalhadora dispensada pelo mestre de teares Ferreira da Silva. A operária demitida, uma viúva polaca, de nome Ludovica, havia sofrido abuso sexual do mestre mencionado, ficou grávida e foi por ele abandonada. A trabalhadora afastou-se da companhia durante um mês para dar à luz no hospital. Quando voltou à fábrica, o mestre Ferreira da Silva impediu-a de ocupar sua função alegando que ela não era mulher honesta. Outro fator determinante foram as demissões arbitrárias de dois operários que, segundo seus companheiros, cometeram falta leve. Segundo o seu supervisor, Ludovica não era mais digna de trabalhar naquele ambiente por lhe faltar “honestidade”. Assim, o mesmo mestre que abusara dessa operária tinha o poder de julgar sua dignidade, valendo-se de uma certa “masculinidade” e por ocupar um cargo privilegiado na fábrica. (Goldmacher, 1903 citado por Santos & Pires, 2018, pp. 54-75).

Nesse outro trecho, retirado do jornal da época, fica evidente a marginalização da mulher, que além de sofrer um abuso sexual em seu trabalho é submetida a um questionamento moral e ao julgo masculino, dando legitimidade à dominação de gênero, corroborando para manter um padrão de exploração, não apenas inerente ao sistema de produção, mas anterior a ele reproduzido de forma sistemática.

Rago (1995) salienta que mesmo na imprensa operária, a imagem da mulher trabalhadora, através das vozes masculinas é projetada como “frágil e indefesa”, sempre na

iminência de corromper-se física e espiritualmente.

Bourdieu (1995) elucida que,

A dominação masculina constitui a mulher como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser percebido, tem por feito coloca-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes disponíveis. (p.96).

Rago (1997) traz à luz aspectos de caráter higienista decorrentes do vitorianismo, que de forma errônea legitimava-o ideário de uma subordinação feminina de ordem natural,

Seguindo os ensinamentos de Augusto Comte, os membros do Apostolado Positivista do Brasil entendiam que a mulher não deveria possuir dinheiro – um objeto sujo, degradante e essencialmente masculino, portanto, contrário à sua natureza. A mulher deveria se restringir ao seu “espaço natural”, o lar, evitando toda sorte de contato e atividades que pudesse atraí-las para o mundo público. A medicina fundamentava essas concepções em bases científicas, mostrando que o crânio feminino, assim como toda a sua constituição biológica, fixava o destino da mulher: ser mãe e viver no lar, abnegadamente cuidando da família. Muitos repetiam convictos os argumentos do médico italiano Cesare Lombroso: “O amor da mulher pelo homem não é um sentimento de origem sexual, mas uma forma destes devotamentos que se desenvolvem entre um ser inferior e um ser superior”. (p.592).

Como o número de trabalhadoras na indústria era cada vez maior, houve tentativas de regulamentar o trabalho feminino. Em julho de 1917, a câmara dos deputados tratou do projeto que visava definir algumas condições para o trabalho feminino. Logo no início das discussões o deputado Mauricio de Lacerda discursou:

Que seja abolido o trabalho noturno da mulher, em primeiro lugar porque o organismo feminino não resiste a semelhante fadiga, em segundo lugar o trabalho noturno desfalcado do policiamento que faz a luz solar aos costumes nas oficinas concorre para a depravação, para o atentado ao pudor, para as ofensas a moral naquelas oficinas. Ao mesmo tempo que a operária deserta de seu lar nas horas em

que o cuidado pelo repouso, pelo descanso e pelo sono dos filhos é um dos problemas maternos mais encarecido pelos historiadores. (Lacerda, 1917 citado por Venâncio, 2001).

Nesse contexto, fica o indicativo que a proposta de legislação, embora tentasse condições melhores de trabalho, coadunava com o paradigma de salvaguarda de um tipo de família centrada na divisão “natural” dos papéis sociais: o homem promovendo o sustento da casa, totalmente voltado a esfera pública e a mulher realizando o trabalho extradoméstico, apenas para complementar renda, o que se torna justificativa para os baixos salários.

Somos todos concordes em considerar que o trabalho das mulheres é o aviltamento, e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal, da família. O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência (. . .). Quanto mais se generaliza o trabalho das mulheres, mais se sente um profundo mal estar social. Todos aqueles que pretendem justificar o trabalho das mulheres não se valem senão de argumentos tirados de uma concepção errônea do direito (. . .). A mulher é admitida na usina (. . .) porque ela se oferece a preço mais conveniente aos patrões e não porque possa assim assegurar o bem estar possível de seu lar. (Panafiel, 1918 citado por Venâncio, 2001).

O trecho refere-se à mesma discussão da regulamentação de trabalhadoras, porém, de um deputado contrário ao projeto de lei. Mesmo de lado oposto, fica evidente em seu discurso, o reforço do papel fragilizado da mulher e o ideário do papel de subserviência e responsabilidade pelo outro.

Nesse sentido, a violência, e não somente a violência simbólica, ocorre em distintas instâncias, incluindo as empresas. Alguns discursos perduram, validam, naturalizam e relativizam a violência contra as mulheres.

Na década de 1950, Del Priore (1997) demonstra a participação feminina no mercado de trabalho, no setor de serviços de consumo coletivo, escritórios, comércio ou em serviços públicos. A eclosão de mais oportunidades de emprego, emergiu em uma demanda maior de escolarização, mesmo assim, havia um estranhamento no engajamento feminino no mercado de trabalho.

Eram nítidos os preconceitos que cercavam o trabalho feminino nessa época. Como as mulheres ainda eram vistas prioritariamente como donas de casa e mães, a ideia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social. Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando a mulher deixaria de lado seus afazeres domésticos e suas atenções e cuidados para com o marido; ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio. (Del Priore, 1997, p.624).

Contudo, as mulheres começavam a preencher funções de esferas públicas, porém a maior participação feminina no mercado de trabalho não eximiu a responsabilidade da mulher na manutenção do lar, na educação dos filhos, tampouco passou a ser vista como fonte de realização pessoal e/ou fonte de autonomia econômica.

As mudanças que o mundo sofria no pós-guerra, a Guerra Fria fragmentando a Alemanha e estendendo conflitos, até teorias terceiromundistas, a deterioração econômica e a política do continente sul-americano, a Revolução Cubana, entre outros, eclodiram um clima de insatisfação e crise, que afetava as relações e criava discussões de novas ideias no plano social e político.

Na década de 1960, com advento da pílula anticoncepcional, refletindo em mulheres mais seguras, destituindo - se de uma repressão sexual intensa desde a era vitoriana, elas tentavam ocupar todos os espaços, e procuravam comprovar que não queriam acabar com a família e nem desestruturar a sociedade, mas sim, a liberdade perante a uma organização social extremamente repressiva, que as desvalorizava, e que não as permitia mostrar seus potenciais. Porém, permanecia na sociedade a desvalorização do trabalho e do papel feminino, e este fato estava ligado ao medo de que a mulher se libertaria e que esse fator desencadearia a destruição da família e, conseqüentemente, causaria uma desorganização social. (Goldenberg & Toscano, 1992).

Para Ferreira (2004), a década de 1970 trouxe grandes transformações nas relações sociais de trabalho, o modelo de Estado restringia cada vez mais as funções sociais e direitos. Na economia acompanhamos o surgimento de grandes corporações internacionais e a disseminação por todo mundo e organizações financeiras.

A difusão de uma nova forma de produção, o chamado Toyotismo, o qual caracterizava pelo minimalismo dos custos e seguindo a demanda de mercado, trouxe novos requisitos para grande massa de mão de obra, muitas dessas demandas eram consideradas

“atributos naturais femininos”, fazendo da mulher mais uma vez objeto de exploração.

A tabela abaixo refere-se ao Censo de 1970 e esclarece sobre situações de trabalho entre os grupos de escolaridade equivalentes, horas trabalhadas, acerca do gênero:

Tabela 1

Renda média mensal por sexo, grupos de horas trabalhadas e estratos de escolaridade (Brasil - 1970)

Estratos de escolaridade	Grupos de horas Trabalhadas semana	Renda média mensal homens	Renda média mensal mulheres
De 0 a 3 anos (nenhum curso concluído)	Menos de 15 horas	201,7	81,6
	De 15 a 39 horas	202,2	92,2
	De 40 a 49 horas	256,4	114,5
	De 50 horas e mais	288,2	103,1
De 4 a 7 anos (primário)	Menos de 15 horas	325,6	139,6
	De 15 a 39 horas	340,6	160,8
	De 40 a 49 horas	364,9	180,9
	De 50 horas mais	418,3	154,4
De 8 a 10 anos (1º grau)	Menos de 15 horas	590,6	257,7
	De 15 a 39 horas	563,4	305,2
	De 40 a 49 horas	611,4	333,1
	De 50 horas ou mais	713,7	303,2
De 11 a 14 anos	Menos de 15 horas	783,7	309,5

(2º grau)	De 15 a 39 horas	744,1	361,1
	De 40 a 49 hora	958,9	451,4
	De 50 horas mais	1.135,5	457,2
<hr/>			
De 15 a 17 anos	Menos de 15 horas	1.605	573,2
(3º grau)	De 15 a 39 horas	1634,2	726,9
	De 40 a 49 horas	2.131,3	973,4
	De 50 horas mais	2.545,5	1.091,9

Nota: Censo Demográfico de 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970).

*Os indivíduos que possuem ocupação agropecuária ou de extração vegetal não foram incluídos na tabela. * O valor do salário mínimo na data de referência do Censo de 1970 era NCr\$ 187,20.

Em todos os rendimentos entre grupos de trabalhadores que se encontram no mesmo grupo de horas trabalhadas semanalmente, as mulheres ganham por volta de 40% do rendimento masculino, este número não varia de acordo com escolaridade. Nesse sentido, fica evidente que, apesar dos novos espaços ocupados pela mulher no mercado trabalho, a desigualdade salarial ainda é o era predominate no período.

Ferreira (2004) aponta como o modelo pós- toyotismo de economia atinge as relações de trabalho:

Emergem diversas formas de trabalho: trabalho part time (em tempo parcial), trabalho em domicílio, terceirizado, enfim, precarizados em suas distintas formas; além do trabalho no setor informal, das massas expulsas do mercado formal de trabalho (isto é, com carteira assinada) pela onda de desemprego resultante do avanço tecnológico e do enxugamento das empresas, que passam a se basear no emprego e na vinculação menores possíveis de trabalhadores/as em suas sedes. São as mulheres, sobretudo, que têm ocupado estes postos de trabalho mais precários, numa visível e cruel mostra da incorporação das desigualdades da divisão sexual do trabalho para fins de acumulação capitalista. (p.33).

Safiotti (1978) esclarece que a estrutura social que compreende a mulher como organicamente atrelada à tutela da família e do trabalho doméstico, acaba por hierarquizar as esferas de trabalho, fazendo com que ela tome pra si o ideário de hierarquias, fundamentando a compreensão de uma realização profissional de menos importância. Destarte, uma coerção sutil, por meio de simbologias, se reproduz como mecanismo desse ideário, contribuindo para a sistemática arbitrária, que tem como pressuposto a renda apenas para complementar a receita familiar, eclodindo na divisão sexual do trabalho.

Nessa linha analítica Antunes (1999) ressalta:

As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (p.109).

Na década de 1980, houve um aumento no debate sobre gênero e trabalho, quando se admitiu que o trabalho tinha sexo, porém não estabeleceu por si só o fim das relações arbitrárias de gênero nesta esfera.

Tabela 2

Renda média mensal por sexo, grupos de horas trabalhadas e estratos de escolaridade (Brasil - 1980)

Estratos de Escolaridade	Grupo de horas trabalhadas semana	Renda média mensal homens	Renda média mensal mulheres
De 0 a 3 anos (nenhum curso concluído)	Menos de 15 horas	6.351,	2.176,9
	De 15 a 29 horas	4.825,7	2.183,7
	De 30 a 39 horas	5.115	2.457,8
	De 40 a 48 horas	6.119,5	3.666,9
	De 49 horas e mais	8.239,6	3.793,1
De 4 a 7 anos	Menos de 15 horas	11.572,9	3.856,4
	De 15 a 29 horas	8.762,3	3.535,1
	De 30 a 39 horas	9.997,1	4.684,8
	De 40 a 48 horas	10.717,7	5.573,4
	De 49 horas e mais	13.792,5	5.526,6
De 8 a 10 anos (ensino fundamental)	Menos de 15 horas	17.925,7	7.105,9
	De 15 a 29 horas	14.289,8	5.261
	De 30 a 39 horas	14.223,6	7.768,9
	De 40 a 48 horas	14.737,5	7.838 0,53
	De 49 horas e mais	19.612	7.807,1
De 11 a 14 anos (ensino médio)	Menos de 15 horas	19.852,9	9.383,9
	De 15 a 29 horas	18.501,3	8.896
	De 30 a 39 horas	22.577	11.763,7
	De 40 a 48 horas	26.624,6	13.265,9
	De 49 horas e mais	34.421,4	14.184,7

15 a 17 anos	Menos de 15 horas	38.683,5	13.998,7
(Ensino superior)	De 15 a 29 horas	40.802	16.691,8
	De 30 a 39 horas	52.994,8	23.304,6
	De 40 a 48 horas	64.475,8	29.567
	De 49 horas e mais	80.351,4	35.057,7

Nota: Censo Demográfico de 1980 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1980). *O valor do salário-mínimo na data de referência do Censo de 1980 era Cr\$ 4.149,60.

Na tabela acima, apresenta uma diferença expressiva salarial ainda persistente neste período entre homens e mulheres. Entretanto, no fim dos anos 80 e início dos anos 90, o movimento da mão de obra feminina foi visto sobre cenário da expansão dos postos de trabalho e da afirmação das categorias trabalho e gênero como mantedora da ordem social vigente, aprofundando a tessitura das desigualdades.

Para Abramo (2007), os anos de 1990 trouxeram a expansão da escolaridade da mulher em relação ao homem, porém, a escolaridade não garantiu a equidade no mercado de trabalho.

Níveis de escolaridade mais altos não garantem às mulheres mais e melhores oportunidade de emprego em relação aos homens. Elas precisam de uma formação educacional significativamente superior para ter acesso as mesmas oportunidades de emprego deles: em média quatro anos mais para conseguir a mesma remuneração e dois anos mais para ter as mesmas oportunidades de ascensão a um emprego formal. (Abramo, 2007, p.26).

Behring e Boschetti (2006) tendo como base o Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza (2004) do Senado Federal apontam que 61% das mulheres estão em trabalhos e ocupações precárias, e essa proporção é 13% maior que a proporção de homens nessa mesma situação.

A manutenção e reprodução das desigualdades existentes entre homens e mulheres no mundo do trabalho são influenciadas por vários fatores, derivados da divisão sexual do trabalho e de uma ordem de gênero que inclui não só o trabalho, mas também todas as outras dimensões da vida social, que destinam à mulher a

função básica e primordial de cuidar da vida privada e da esfera doméstica, e ao mesmo tempo atribuem a esse universo um valor social inferior ao mundo público. (Abramo, 2007, p.26).

Contudo, o processo de formação de histórico-cultural, de caráter sexista e alienador dadas como naturais, faz um caminho do externo para o interno, no qual a violência simbólica, com sua força invisível de coerção, garante sua reprodução de forma sistemática, funcionando como um mecanismo de manutenção social.

Segundo Nunes e Silva (2006), o sexismo é o fundamento ideológico dos estereótipos sexuais. O sexismo é a discriminação fundamentada no sexo. Na sociedade há perpetuação do sexismo, estereótipos e da hierarquização do machismo.

As relações desiguais entre gêneros são históricas e contemporâneas, sendo que esta reflexão é necessária para contribuição com mudanças de atitudes e comportamentos sociais que minimizem as disparidades de direitos e deveres das pessoas em função do gênero que pertencem.

2.2.1 Abordagens feministas e aumento da consciência

A pesquisa sobre violência simbólica feminista no trabalho forneceu importantes insights sobre teorização e compreensão da violência interpessoal. Em primeiro lugar, as intervenções feministas destacaram não apenas o invisível, mas também trabalhos frequentemente insidiosos de poder e controle masculino dentro de espaços públicos e privados (Bender, 2017) e a natureza endêmica e rotineira de tal violência. (Silva & Oliveira, 2017).

Assim, não é necessariamente o ato tangível de violência que impõe uma forma de controle sobre as mulheres, em vez da internalização por meio da socialização contínua da possibilidade da violência. (Leal et al., 2012).

A pesquisa feminista ampliou as definições de violência para incorporar uma variedade de comportamentos, incluindo emocionais e psicológicos, bem como abuso físico, mudando assim o foco da “mulher agredida” para olhar supostamente de formas “menores” o abuso físico que afeta mulheres psicologicamente, e que, pode, potencialmente, levar a incidentes extremos. (Carrieri, Aguiar, & Diniz, 2013).

De Souza (2014) argumenta que um foco excessivo em formas extremas de violência física leva à aceitação do abuso físico diário, como “flerte ocasional” (por exemplo, “uma

passada de mão” ou “um beijo no rosto de forma indevida”).

Os escritos feministas apontam as opressões de raça que se entrelaçam com classe e gênero para evidenciar as formas pelas quais a especificidade do negro e da minoria, às experiências das mulheres étnicas foram mal representadas, negligenciadas ou silenciadas. (Almeida, 2005).

Alguns relatos questionam as identidades fixas das vítimas em narrativas da violência cotidiana, uma vez que as distinções falham em capturar a complexidade de processos de vitimização. (Bender, 2017).

Por exemplo, para igualar uma vítima no trabalho, a identidade com a capacidade de falar pode disfarçar a natureza processual da mudança e a potencial agência de um espaço (interior) silencioso para desenvolver modos de resistência. (Medeiros & Campos, 2020).

O processo de "exposição" envolve a nomeação explícita de violência e abuso por homens para garantir que as experiências de violação das mulheres não sejam deixadas literalmente indescritíveis. Assim, uma abordagem feminista é caracterizada por uma combinação de aumento da consciência, programas de intervenção e ativismo. (Silva & Oliveira, 2017).

2.2.2 Gênero e patriarcado: desigualdades entre homens e mulheres

A maneira mais fácil de observar a questão de gênero é através da prática do patriarcado que prevalece na maioria das empresas ao redor do mundo. O patriarcado é entendido como um sistema corporativo onde os homens controlam a sociedade por meio de suas posições como chefe da família. (Araújo, Alves, & Cruz, 2009).

Como resultado, os outros membros da família adoram o chefe da família, ou seja, o pai, que acredita possuir a mais alta autoridade. O patriarcado é um sistema sociopolítico que coloca os homens na posição dominante, tornando-os superiores em todos os aspectos, considerando todos ou outros “fracos”, especialmente mulheres.

Portanto, os homens pensam que têm o direito de fazer regras para o “fraco”, e sempre preservar o domínio por meio de terrores psicológicos e violência. (Fagundes, 2017).

Para Walby (1990) com o capitalismo, a opressão das mulheres pelo patriarcado não desapareceu, apenas transfigurou-se, em um modelo no qual as mulheres não são barradas da esfera pública, mas continuam subordinadas, tendo seu trabalho é expropriado de modo coletivo.

Guillaumim (2005) disserta que a ideia que permeia a apoderamento da mulher como

objeto, tem como eixo principal o sexo genital, para restringir à mulher a condição determinada socialmente em várias vertentes, tornando-as propriedade.

A autora sustenta que há duas ordens de apropriação da mulher dentro do cerne da família: a de cunho privado e a coletiva, caracterizada pelas instituições como, Estado e Igreja. Destarte, essas ordens funcionam como agentes de ação legitimadora dessa naturalização, dando alicerce para as estruturas sociais na inserção de simbologias sexistas.

Iasi (1999) esclarece que:

No capitalismo, as relações dos indivíduos com a sociedade são medidas por grupos e instituições como família (em que ocorre uma ‘socialização primária’) igreja, escola, movimentos sociais, partidos diversos, trabalho etc., que constituem uma “socialização secundária”. Essas instituições são a base sobre qual os indivíduos “constituirão as suas concepções de mundo.”. (p.108).

Almeida (2005) ilustra o conceito do patriarcado como um sistema corporativo no qual os homens controlam os maiores e menores cargos por meio de sua posição como o chefe da família. Vista a partir deste conceito, é natural então que a violência simbólica seja legitimada em nome da instituição conjugal / família. As normas dos homens são as mais autorizadas, enquanto as mulheres “cumprem” as normas.

As idéias das mulheres não são de todo levadas em consideração. E quando as mulheres tentam dar voz a essa desigualdade, a comunicação, que é controlada pelo masculinismo, tende a ser desfavorável para as mulheres. (Brandão, 2010).

Segundo Saffioti (1979) o patriarcado refere-se ao sistema social no qual o homem é o ator fundamental da forma como a sociedade está organizada, e utiliza seu poder e autoridade sobre as mulheres e os filhos. O patriarcado representa o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.

Para Bourdieu (2001), é uma forma de violência simbólica que é preservada pela sociedade. Este conceito é sublime em todos os contextos da vida e é considerado uma prática normal, porque é legitimado por instituições como família, casamento, religião, educação e principalmente nas instituições corporativas. E como explicado acima, uma vez que as normas dominantes são as dos homens, a estrutura da sociedade "impede" as mulheres de objetivarem alguns cargos nas empresas.

Do regime patriarcal, sobrou às mulheres a condição subalterna de ficar na

retaguarda dos homens. Ser homem e ser mulher é mais uma hierarquia social, pela qual o homem – o ser perfeito – continua a ser critério de comparação com a mulher – o ser menos perfeito. (Badinter, 1993, p.9).

A educação viril masculina não é reproduzida apenas na esfera doméstica, mas na família, na igreja, na escola e no Estado, segundo Bourdieu (1999, pp. 103-105). Na análise que Bourdieu (1999) faz da sociedade Cabila, na Argélia (palco das suas pesquisas sobre a dominação masculina), o masculino impõe-se e constrói espaços diferenciados de oposição ao feminino. A ordem social das coisas e das atividades organiza-se a partir da oposição entre o masculino e o feminino.

Para Moreno, Camargo e Araújo (1999), quando meninas e meninos chegam à escola, já tem interiorizada a maioria dos padrões de conduta discriminatórios que reverberam em suas práticas sociais mesmo as escolas sendo mistas.

As formas de comportamento escolhidas por nossa sociedade e transmitidas aos jovens por meio da educação são reflexo da ideologia que domina, tem muito pouco de universais e de inerentes ao ser humano e são por tanto, modificáveis. (Moreno, Camargo, & Araújo, 1999, p.34).

A autora ainda destaca:

O rendimento intelectual que se espera das meninas é sempre inferior ao que se espera dos meninos, e isto tem sido assim a séculos. As explicações que têm sido dadas são de todo tipo. Desde pretender uma inferioridade inata da mulher até assegurar que o pensar pode prejudicá-la. (1999, p.59).

Bourdieu (1999) disserta que mesmo quando barreiras externas são abolidas, dando espaço para liberdades formais, como o direito ao voto, à educação e o acesso a todas as profissões, adquire-se um freio interno, uma autoexclusão travestida de vocação, decorrente de barreiras simbólicas, exteriorizadas por meio de comportamentos.

No Brasil, segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, 62,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens e 37,4% pelas mulheres. As mulheres ainda estão em menor número em cursos de graduação nas áreas ligadas às ciências exatas e à área de produção. No ano de 2019, elas correspondiam a apenas 13,3% das matrículas nos cursos

presenciais de graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, e 21,6% na área de Engenharia e profissões correlatas. (2021⁶).

Entretanto, nas áreas relacionadas ao cuidado, à participação feminina é muito maior, em cursos como Serviço social, a participação feminina nas matrículas foi de 88,3% em 2019. Em relação a cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, as mulheres dedicaram quase o dobro de tempo que os homens: 21,4 horas contra 11 horas semanais. (2021⁷).

Ainda segundo o IBGE (2021), o Brasil tem percentual de parlamentares mulheres na Câmara dos deputados de 14,8%, dados de setembro de 2020. Apesar do aumento comparado a anos anteriores, o Brasil era o país da América do Sul com a menor participação de mulheres, encontrava-se na 142^a posição de um ranking com dados para 190 países.

Segundo Ferrari, Gomes e Berto (2020), gênero é um organizador social e, por sua vez, a escola é produto e produtora dessa divisão binária dos gêneros que delimita a sociedade. Os autores afirmam que a “(. . .) escola e as relações que se desenvolvem no seu interior são parte desse processo de construção de homens e mulheres (. . .)” (p.230), tendo papel diferenciado nesta construção e na perpetuação dos modelos que fixam esses lugares como sendo adequados.

Leão (2017) observa que o conceito de gênero busca denunciar a dinâmica relacional, enaltecendo que a condição da mulher não é definida pela natureza, sendo resultado de construtos culturais ao longo da história humana, visto que da mesma maneira que foi possível construir, também pode haver a desconstrução das desigualdades entre homens e mulheres e a desnaturalização, salientando a urgência da equidade na sociedade.

A autora afirma ainda que:

(. . .) a necessidade de se desnaturalizar os preconceitos arraigados na sociedade quanto à mulher, se refutar as interpretações da dominância androcêntrica e a persistência das distinções entre homens e mulheres e sua justificação na ancoragem biológica. (2017, p. 20).

Para ocorrer a desnaturalização de preconceitos e desigualdades que as mulheres

⁶ IBGE: *Estudo mostra desigualdade de gênero no mercado de trabalho* (2021, 03 de março). Uol. Recuperado de <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho.htm>.

⁷ IBGE: *Estudo mostra desigualdade de gênero no mercado de trabalho* (2021, 03 de março). Uol. Recuperado de <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho.htm>.

sofrem na sociedade é importante que a escola ajude na construção das relações de gênero com equidade e respeito pelas diferenças, conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (Ministério da Educação, 1997, p.323): “(. . .) somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a serem pessoas mais abertas e equilibradas.”.

Conforme Carvalho (2004), a igualdade é fundamental para o exercício da cidadania. A cidadania é definida como o exercício pleno dos direitos políticos, civis e sociais, uma liberdade plena que combina igualdade e participação na sociedade.

Barsted (2007) afirma que na prática os direitos fundamentais não são acessíveis a todo e qualquer cidadão, em virtude principalmente da não observância da igualdade e da dignidade da pessoa humana. Neste sentido, o autor, apresenta a seguinte análise em relação à violação dos direitos da mulher:

No entanto, se os avanços legislativos são inquestionáveis, são também constantemente desafiados e tensionados pela drástica realidade de violação dos direitos humanos em escala planetária. Tanto no plano internacional quanto no Brasil, há um enorme fosso entre o reconhecimento da necessidade de formulação de políticas de promoção da igualdade de gênero, como dimensão constitutiva dos direitos humanos, e a implementação efetiva desses direitos. (Barsted, 2007, p. 119).

Observa-se na sociedade a prevalência do saber de senso comum, de inferiorização da mulher, colocando-a em um lugar de subalternidade se comparado ao homem; por isso é necessária à discussão sobre as relações de gênero com equidade.

3 PIERRE BOURDIEU: DOMINAÇÃO MASCULINA E A LÓGICA DA PRÁTICA

Conforme afirma Bourdieu (1995), a violência simbólica é mais uma forma de reafirmar a dominação masculina através do poder do que domina sobre o dominado, sem que, para isso, o dominante precise exercer coerção física, pois já existem conceitos e valores que estão intrínsecos no dominado pelas estruturas que embasam essa dominação e que tem influência direta em suas decisões. De maneira velada e subjetiva, a violência simbólica ocorre sem que as vítimas percebam. A posição privilegiada que o homem ocupa na sociedade faz com que esse discurso pareça algo natural e não imposto.

De acordo com o autor esse tipo de violência pode se caracteriza como uma:

(. . .) violência suave, insensível, invisível, as suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária (. . .). (Bourdieu, 1995, p.7).

Bourdieu (1995) afirma que a base da violência simbólica está nas estruturas sociais que reproduzem o papel da dominação masculina e o da submissão feminina. A dominação masculina, nem precisa ser justificada, pois sua legitimação ocorre nesta sociedade cuja visão tendenciosa é androcêntrica.

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através de esquemas de percepção, da avaliação e de ação que são construídos nos habitus e que fundamentam aquém das decisões da consciência e os controles da vontade (Bourdieu, 2007, pp.49-50).

Para Bruschini (1981), o conceito de dominação masculina foi utilizado como indução às mulheres para a escolha de profissões não tão valorizadas na sociedade. Rosemberg (1982), seguindo a mesma linha de pensamento, ressalta que as mulheres são induzidas a

escolherem carreiras mais flexíveis, de forma assumirem o papel doméstico e trabalho.

Segundo Melo (2011, p. 1):

(. . .) alcançar a igualdade de gênero é um processo vagaroso e ao mesmo tempo desafiador pelo fato de o mesmo estar arraigado nos valores, crenças e práticas de uma sociedade, o que requer muito mais do que mudanças em leis ou políticas públicas, ou seja, são necessárias mudanças de práticas nas famílias, nas escolas, nas comunidades, bem como nos processos de tomada de decisão, tanto no âmbito público, como no político e no organizacional e, principalmente, no que se refere ao próprio sujeito.

A sociologia de Pierre Bourdieu preocupa-se em compreender as práticas sociais do dia a dia, em termos de desdobramento, vividas como a "lógica da prática", a estruturação da vida social moderna através da distribuição desigual das diferentes formas de capital produz e sustenta relações hierárquicas de ordem, com todas as formações sociais funcionando com respeito a esta divisão fundamental de poder e incorporando essa divisão por meio de lógicas específicas e modos associados de distinção e discriminação.

Na tentativa de identificar os fundamentos estruturais que dão origem à ação humana cotidiana, a sociologia bourdieusiana também se envolveu em uma crítica epistemológica do discurso científico tradicional (escolástico); isto é, portanto, um jogo reflexivo entre a compreensão da mecânica da prática e os processos que permitem esse entendimento. Consequentemente, a sociologia bourdieusiana entende a "lógica da prática" marcada pelas condições de seu desenvolvimento. Bourdieu (2005) argumenta:

A estrutura temporal (da prática), ou seja, seu ritmo, seu tempo e, acima de tudo, sua direcionalidade, é constitutiva de seu significado. Tal como acontece com a música, qualquer manipulação desta estrutura, mesmo uma simples mudança no ritmo, seja aceleração ou desaceleração, sujeita a uma desestruturação que é irredutível a uma simples mudança de um eixo de referência. (p.102).

A direcionalidade da prática, no entanto, também está sujeita às condições do espaço, como atividade humana e ocorre dentro de,

Um conjunto de posições distintas e coexistentes que são exteriores uma à outra e que

são definidas em relação umas às outras através de sua exterioridade mútua e suas relações de proximidade, vizinhança ou distância, bem como por meio de relações de ordem, como acima, abaixo e entre. (Bourdieu, 2001 p.104).

Por fim, o tempo e o espaço são entendidos por Bourdieu como se desdobrando por meio do corpo, que exhibe uma “lógica prática” baseada na estruturação incorporada e, portanto, compreende o mundo de uma maneira totalmente distinta da compreensão consciente.

Assim, há o sentido prático, necessidade social transformada em natureza, convertido em esquemas motores e corporais automáticos. Os agentes que nunca sabem completamente o que estão fazendo, mas o que fazem tem mais sentido do que imaginam (Caproni & Bicalho, 2017).

Dos determinantes da prática, a natureza do espaço, ou, mais precisamente, o espaço social, são cruciais à sociologia bourdieusiana. Definido pela diferença e exterioridade mútua, o espaço social é teorizado como um reino dinâmico e fluido de divisão e unificação que situa os agentes (e seus resultados práticos) de acordo com o exercício de competências específicas e, para ocupar uma posição no espaço social, deve ser diferenciado pela propriedade ou proximidade do capital, certos tipos de força, capacidade ou influência que, quando implantado dentro dos parâmetros de uma formação social específica, altera sua composição ou estrutura operacional a fim de aumentar a participação de capital e reconhecimento do proprietário. (Silva & Oliveira, 2017).

Bourdieu teoriza o capital e sua distribuição na sociedade moderna ao longo duas linhas básicas de diferenciação: a econômica e a cultural. O poder econômico (ou capital) é o marcador mais objetivado e reconhecível de valor, incorporado em ativos financeiros, receita, etc. O poder cultural (ou capital) é menos reconhecível em termos objetivos, dada a sua incorporação em competências e conhecimentos específicos envolvendo gosto cultural e preferência, lógicas nascidas de ambos os níveis de escolaridade e transmissão familiar da discriminação disposicional. (Fagundes, 2017).

A distribuição das várias formas de capital é, portanto, para Bourdieu, o eixo sobre o qual o mundo social gira. Assim, existem grades identificáveis de relações objetivas estruturadas em torno da competição por esses capitais: o que Bourdieu denomina campos (Lucas & Silveira, 2017). Os campos funcionam tão historicamente que "caminhos" foram estabelecidos para a busca do poder, exigindo a exibição (às vezes explícita, outras vezes obscuras) de uma gama de propriedades diferenciadoras entre os jogadores que funcionam

para aumentar sua respectiva capacidade de “vencer” na competição. Como Bourdieu (2005) observa:

Um campo, mesmo o campo científico, define-se (entre outras coisas) definindo interesses específicos e interesses genéricos, que são irreduzíveis às apostas e interesses específicos de outros campos (não pode-se fazer um filósofo competir pelos prêmios que interessam a um geógrafo) e que não são percebidos por alguém que não foi moldado para entrar naquele campo (todas as categorias de interesse implica indiferença a outros interesses, outros investimentos, que, portanto, estão fadados a ser percebido como absurdo, irracional ou sublime e desinteressado). (p.133).

Portanto, para o "expectador" desinteressado, pode parecer relativamente fácil identificar estruturas hierárquicas existentes dentro de um campo, mas não seus efeitos em predispor uma antecipação do agente, agir e responder às contra-ações no contexto imediato do jogo (pois não é apenas difícil para um filósofo competir pelos prêmios que interessam a um geógrafo, entretanto torna impossível para um observador identificar prêmios que podem ser totalmente específicos para o jogo, ou seja, não transferível para outros campos e, portanto, incapaz de ser transposto para a lógica e a linguagem de outro universo social inteiramente distinto); da mesma forma, um agente imerso nas regularidades de um campo não tem melhor posição para compreender (e representar adequadamente) as forças que os inclinam para agir e responder de uma determinada maneira, dado o não reconhecimento inerente à sua situação. A ação realizada dentro de um campo, portanto, exhibe a lógica específica para aquele campo: transpor, desmistificar e desconstruir a lógica da ação de campo, portanto, corre-se o risco de perder a especificidade dessa ação, o próprio sentido que torna os empreendimentos de campo significativos em seu contexto. (Medeiros & Campos, 2020).

Embora estruturado através da oposição binária de capital econômico e cultural, dentro de campos específicos são, portanto, modulados de acordo com as idiosincrasias do jogo e as relações estabelecidas (e mutáveis) existentes entre as posições conflitantes dentro daquele jogo. Existem, portanto, capitais específicos (capitais que ganham pouco ou nenhum reconhecimento fora dos confins de um campo distinto) e capitais fundamentais (capitais com ampla influência e aplicação em todos os campos) e a aplicabilidade de ambos os sujeitos às condições da história em termos de a constituição de um campo em um determinado momento. (Souza, 2014).

Formas de capital e suas desiguais distribuições em um campo, definindo assim a diferença entre as posições em uma matriz de campo, determina a natureza de uma posição e os canais de movimento e ação disponíveis para seu ocupante. Esse movimento é entendido por Bourdieu como sendo amplamente reprodutivo do estado existente de relações e distribuição de poder e capital dentro de um campo, ou amplamente transformador, no sentido de que a competição e a tomada de posição, seja resultando em "vitória" ou "derrota", afeta todos os relacionamentos constitutivos do campo e redefine (mesmo incrementalmente) suas fronteiras. (Araújo, Alves, & Cruz, 2009). A distribuição do capital na sociedade, portanto, contribui para moldar os tipos de atividades e estratégias que os jogadores trazem para o jogo que se desenrola dentro de um campo, predispondo a instâncias de ação que melhor defendam, ou promovam, suas respectivas participações, tanto a curto prazo, quanto a longo prazo, e permitindo que eles façam isso de certas maneiras.

A posição de campo de um jogador, sua ocupação de espaço, é, portanto, uma forma específica de diferenciação que o situa e o marca como de forma limpa e eficiente à medida que situa e marca os outros em seu reconhecimento imediato de outras posições (potencialmente concorrentes). Este "ser percebido" é excepcionalmente importante, pois ser situado dentro de relações de percepção e apreciação permite a um jogador apoiar as definições de capital "legítimo" e ação ou contestá-los, contribuindo assim (ou não) para a hierarquia estrutural de um campo. (Alcadipani, 2010). Desta forma, a distribuição desigual entre os jogadores em termos de volume e estrutura de seus respectivos capitais também diferenciam a capacidade dos jogadores de reconhecer o estado do jogo (ambos imediatamente à mão e ao longo do tempo) dentro de um campo e, portanto, o momento ideal para sua estratégia, manobras e ações.

A diferenciação dos jogadores dentro de um campo, no entanto, é eliminada por divisões fundamentais codificadas antes do jogo em questão. A estrutura e o caráter de um campo são determinados pela competição que resulta no embate entre agentes estruturados de forma diferenciada devido ao intra-campo. As divisões extracampo, na forma de disposições para ação definidas e estruturadas pelos respectivos *habitus* de cada jogador. Denotando as operações estratégicas de agentes incorporados, e operando por meio de sistemas adquiridos de esquemas generativos, que tornam possível a produção livre de todos os pensamentos, percepções e ações inerentes às condições particulares de sua produção, o conceito de *habitus*, portanto, postula uma geração infinita, mas estritamente limitada nas disposições e princípios estruturados que animam e informam as práticas constitutivas de campos, e detalha uma liberdade condicionada e condicional tão distante da criação de novidade imprevisível,

pois é da simples reprodução mecânica do condicionamento original. (Janowski & Medeiros, 2018).

Assim, habitus é um sistema de “inclinações transponíveis” produzidas por meio de histórias de classes socioeconômicas, relacionadas às condições materiais de vida e às respostas e atitudes geradas como resultado dessas condições. Habitus, portanto, estrutura um agente para responder imediatamente e de forma adequada aos estímulos reconhecidos como importantes (ou seja, "acreditar" em uma chamada para reconhecimento em termos de uma crença sentida e afetiva em sua legitimidade). Como Bourdieu (1995) deixa claro:

A crença que estou descrevendo não é uma crença explícita, possuída explicitamente como tal em relação a uma possibilidade de descrença, mas sim uma adesão imediata, uma submissão doxical as injunções do mundo que são alcançadas quando as estruturas mentais daquele a quem o liminar é tratado e está de acordo com as estruturas inscritas na liminar dirigido a ele. (p.88).

Desta forma, a codificação específica para cada instância de habitus determina como os jogadores respondem em suas tomadas de posição para as regularidades de um campo específico, em termos de quão prontamente as disposições particulares a este "habitus primário" são traduzíveis em termos de lógica de campo. Esse relacionamento é complexo: Quanto mais autônomo for o campo, mais provável será a existência de um corpo reconhecível de “curadores” profissionais que regulam procedimentos de campo aceitáveis, exigindo assim que um novo participante ajuste comportamento até que seja considerado aceitável em termos de doxa de campo. (Morales, 2010).

Em casos de campo de sucesso prático, assume-se a relação entre habitus primário e disposição específica do campo estruturação para se complementar, permitindo assim a transferência de "habilidades" extracampo para os jogos desdobrando-se em um campo discreto. Portanto, embora o ajuste às condições e regularidades esperado dos jogadores é uma condição de entrada em um campo, a capacidade de ocupar com sucesso uma posição e explorar suas potencialidades que resultam de uma ação estratégica que ambos reconhecem e manipulam as condições de homologia estrutural entre campos. (Peters, 2013).

A homologia pode assumir a forma de semelhanças básicas entre pistas perceptivas fundamentais aprendidas durante a estruturação primária e aqueles que funcionam dentro de um campo, ou em um nível mais "integrado" de prática, pode envolver correspondências que giram em torno de habilidades atípicas de reconhecimento e apreciação de um caráter mais

distinto (Trigo, 1998). Bourdieu (1995) entende relações simples de homologia com ser fundada em categorias básicas de percepção e apreciação que funcionam com respeito a simples binários (pesado, leve, amargo, doce, etc); “vocabulários” de campos mais específicos, portanto, traduzem e ordenam esses binários fundamentais em sistemas elaborados de percepção e reconhecimento que refletem uma lógica de campo discreta, dividindo os ocupantes do campo de maneiras diferentes. Como observa Wacquant (2002),

A conservação da ordem social é decisivamente reforçada pelo que Durkheim chamou de "lógica de conformidade", a orquestração de categorias de percepção do mundo social, que, sendo ajustado às divisões da ordem estabelecida (e, portanto, aos interesses daqueles que domina) e comum a todas as mentes estruturadas de acordo com essas estruturas, apresenta toda aparência de necessidade objetiva. (p.39).

Esta "lógica de conformidade" funciona mais diretamente através do corpo, na forma de estruturação incorporada (conforme observado), com o "senso prático" habilitado por meio de ajustes às categorias de percepção, proporcionando uma experiência fluida e corporal do mundo, uma experiência, no entanto, que reflete os termos de uma ordem social específica.

As práticas sociais, portanto, têm uma qualidade dinâmica, dado que a existência social de um agente é "algo a ser feito", não simplesmente atribuído em relação a estruturas objetivas excessivamente determinantes, mas voltando-se para práticas que conhecem categorias de percepção que envolvem e respondem a elas. (Risso, 2008).

Assim sendo, as classes sociais para Bourdieu (2005) devem ser examinadas em termos de posições semelhantes no espaço social que fornecem as condições semelhantes de existência e condicionamento e, portanto, criam disposições semelhantes que por sua vez, geram práticas semelhantes: A correspondência entre *habitus*, capital e campo (é igual a prática), portanto, fornece uma estrutura processual através da qual a posição de um agente pode ser examinada para prever as trajetórias subsequentes da prática.

Não se pode realmente viver a crença associada a condições de existência profundamente diferentes, isto é, com outros jogos e outras apostas, ainda dá aos outros os meios de revivê-lo por puro poder do discurso. É correto dizer neste caso, como as pessoas às vezes fazem quando confrontadas com o auto evidência de ajuste bem-sucedido às condições de existência que são percebidas como intolerável: A

pessoa tem que nascer nele. (Bourdieu, 2005, p.112).

Portanto, para Bourdieu, a compreensão do mundo vivido pelo corpo habituado funciona dentro do contexto de um campo que permanece obscuro para a teorização do trabalho tradicional, que pressupõe a seleção entre uma teoria da consciência (baseada em modelos de ação “individual”) ou uma teoria da reprodução mecânica (o “indivíduo” apenas como a reprodução *ad infinitum*⁸ da estrutura); conseqüentemente, os sistemas de diferenciação dividindo grupos no mundo social, em termos da mecânica da prática que gira em torno do sentido prático, também permanecem obscuros. (Alcadipani, 2010).

Traçar a “lógica prática”, em termos da estruturação incorporada que informa atividade social situada, apresenta problemas. Enquanto um pesquisador "desinteressado" deve tentar elucidar a lógica do ocupante do campo interessado situando, tais leituras "objetivas" parecem incapazes para tornar a experiência muito imediata, "vivida" do jogador imerso cuja ação de forma alguma ocorre em relação ao que pode ser denominado as representações “secundárias” da ação (objetificação) exigido do discurso científico. (Lucas & Silveira, 2017). Além disso, tais atos de objetificação, informados por tradicionais compreensões no trabalho, torna a prática situada de uma maneira abertamente "econômica", ignorando o lugar de tempo, espaço e compreensão incorporada em ação e, portanto, confundir relacionamentos baseados com base na compreensão prática para o cálculo racional.

Com a típica “representação” das práticas de comunicação que funcionam dentro do mundo social entendendo mal a natureza da estruturação incorporada, as diferenças sutis em ações comunicativas que contribuem para a criação de relações sociais marcadamente distintas, portanto, desaba. Em particular, a teorização tradicional da prática social deturpa o fundamental ato humano de troca e seu lugar na consolidação de diferentes relações dentro do mundo social (o exemplo frequentemente citado por Bourdieu é a má interpretação estruturalista da troca em sociedades pré-capitalistas). (Medeiros, 2011).

O universo econômico é formado por vários mundos econômicos, Bourdieu argumenta, dotado de racionalidades específicas, ao mesmo tempo em que assume e exige as disposições "razoáveis" (mais do que racionais) ajustadas às regularidades inscritas em cada um deles, à “razão prática” que os caracteriza. Além da troca econômica direta, que cria laços

⁸ Ad infinitum é uma expressão em Latim que significa literalmente "até o infinito", "sem limite ou semfim", para indicar um processo ou operação que continua indefinidamente.

sociais com base na troca explícita de equivalentes exatos, o ato de a troca atinge objetivamente o mesmo efeito enquanto nega por meio da compreensão incorporada e a estruturação disposicional a verdade econômica dessa troca. (Araújo, Alves, & Cruz, 2009). Esta forma de comunicação ação, distorcida pela teorização tradicional por meio do ato de tornar explícito o que “passa sem dizer”, exhibe uma espécie de contradição entre a verdade subjetiva e a realidade objetiva, mas, no entanto, funciona na realidade como verdade prática: O agente socialmente disposto, ao entrar na troca simbólica sem intenção ou cálculo, portanto, ignora ou nega sua verdade objetiva como um troca econômica.

Portanto, embora ambas as formas de troca articulem a luta entre classes dominantes e dominadas, troca simbólica, por ser uma negação do que é “econômico” absoluto economia, permite a negação (ou “esquecimento”) das relações de dominação, com o objeto material presente dentro da troca flagrante substituída por um ato comunicativo que ressoa com o social significado. Na verdade, enquanto a transfiguração das relações econômicas inerentes à troca simbólica pode contribuir para uma maior ligação social (dada esta transfiguração permite que a troca seja percebida como um ato generoso e desinteressado), também funciona para obscurecer trocas desiguais e, assim, leva à dominação simbólica. (Albino et al., 2011). Como Bourdieu observa:

À medida que nos afastamos da reciprocidade perfeita, que pressupõe uma relativa igualdade de situação, a proporção de contra serviços que são fornecidos em uma forma tipicamente simbólica de gratidão, homenagem, respeito, obrigações ou dívidas morais necessariamente aumentam, o que produz relações de dependência que têm uma base econômica, mas estão disfarçadas sob um véu de moral relações. (Bourdieu, 1992, p.81).

Portanto, a troca simbólica gira em torno de categorias idênticas de percepção entre as partes, com agentes, assim, ajustados corporalmente para responder aos termos de troca por meio de instituições socialmente instituídas em estruturas de crença, que por meio do reconhecimento incorreto, obscurece a realidade econômica do intercâmbio. Assim, existem as condições para a busca do capital simbólico, que na sua forma mais fácil resulta do ajuste imediato da prática de um agente para se correlacionar com as coletivas crenças que pertencem a um campo específico, a fim de alcançar o domínio dentro desse campo e, assim, ser reconhecido como legítimo, perpetuando a legitimidade por meio de suas ações (Metzger, Maugeri, & Benedetto-Meyer, 2012).

Portanto, para acessar os jogos constitutivos de um campo, implica-se que a natureza desse campo, incluindo sua história e as apostas que animam as tomadas de posição dentro de sua fronteira, é útil em parte para um agente como um “ser percebida” (uma propriedade que pode ser prontamente reconhecida por outros apropriadamente estruturada para perceber), e, portanto, como capital simbólico. Na verdade, simplesmente se envolver em uma prática já traz lucros, independentemente de um agente realmente ganhar os capitais em jogo dentro de um campo; ser ativo, ser capaz de produzir efeitos e ser classificado como existente dentro de um campo e, portanto, ser capaz de classificar outros são todos lucros distintos em si mesmos que podem (ou não) ser transferíveis para a lógica específica para outros campos. (G. Santos, 2015).

O sistema teórico relacional de campo, capital e *habitus*, portanto, fornece um quadro dentro do qual as produções específicas dos agentes consagrados (e não consagrados) operando dentro do trabalho podem ser examinadas e mapeadas em relação à história distinta do campo e as relações de poder (em termos de distribuições específicas de capital consagrado) que lhe permitem funcionar como “deve ser”. Este mapeamento ajuda a revelar as lutas ocorrendo historicamente no campo para afirmar autoridade e praticar modos de dominação e não reconhecimento, iluminando o trânsito de capitais e modos avaliativos de consagração que mais moldar imediatamente a dinâmica interna do campo em qualquer momento. (Silva & Oliveira, 2017).

Mapear a história deste campo e seus sistemas de reconhecimento incorretamente envolve determinar suas limitações, traçando seu efeito de campo específico. Como Bourdieu (2005) observa, há um efeito de campo quando não é mais possível compreender uma obra (e o valor, ou seja, a crença de que ela foi concedida) sem conhecer a história do campo de produção da obra.

O alcance desse efeito, e, assim, o escopo dentro do qual a violência simbólica específica de um campo pode funcionar, designa as limitações do campo (e, portanto, aqueles atos que podem ser considerados “do campo” e sujeitos a isca de suas ações, e aquelas não). (Metzger, Maugeri, & Benedetto-Meyer, 2012). Na verdade, a presença de efeito de campo, ou o distinto marca consagradora que permite que uma determinada obra cultural ou simbólica “venha a existir” como uma tomada de posição reconhecida dentro de um campo, para ser percebida de forma adequada e, assim, funcionar com a medida de poder e efeito, denota um corpo de profissionais reconhecidos (a presença do qual indica um sistema de autoridade em funcionamento) adequadamente estruturado para antecipar e reconhecer ações ou obras que venham a ser posicionadas para consagração (dada sua estruturação com respeito

ao que Bourdieu chama de “problemática”, a história ou tradição específica, que informa o lógica específica para seu campo). Esses *gatekeepers*⁹ são objetivamente orientados (e capazes) de encontrar e reconhecer esses atos pelo seu alicerce no universo de possibilidades de resposta e avaliação que existem por natureza da problemática, ou,

Espaço dos possíveis que tende a orientar suas pesquisas, mesmo sem que eles saibam, por definindo o universo de problemas, referências físicas, referenciais intelectuais (muitas vezes constituídos pelos nomes de suas principais figuras) conceitos, em suma, tudo o que se deve ter na parte de trás de mente para estar no jogo (Ortiz, 1983, p.119).

A problemática ou "espaço dos possíveis", portanto, estrutura, de fato, os efeitos de campo, ajustar tomadas de posição ao longo de linhas "tradicionais" como acréscimos a linhas de ação pré-estabelecidas. Consequentemente, o efeito de campo é mais forte nas práticas que se correlacionam com as instituições e discursos associados que monopolizam os instrumentos de consagração dentro de um campo (e que há trabalho para apresentar uma história unificada e reconhecível da monopolização desses instrumentos como doxa) (Carrieri, Aguiar, & Diniz, 2013). Da mesma forma, pode ser considerado como diminuindo em intensidade conforme a legitimidade dessas instituições e os discursos estão sob escrutínio, mas ainda podem ser detectados onde e quando os lucros, as apostas dentro de um campo específico são reconhecidas e se tornam o assunto da competição.

O espaço de possibilidades, portanto, tem grande influência sobre as tomadas de posição dos agentes dentro de um determinado campo que orienta a aplicação de seus capitais ao longo de caminhos estabelecidos (na forma de métodos de pesquisa ou práticas de referência padrão, por exemplo) (Vasconcelos, 2002). Essas “opções” para a exposição de competências e habilidades resultantes da propriedade de capitais específicos contribuem:

- Para o ranking de jogadores, diferenciando-os em relação aos procedimentos de avaliação padronizados, e;
- Periodiza seus depoimentos, obras e produções, localizando-os dentro de uma tradição específica e, portanto, em relação à história de um campo.

⁹ Gatekeeper significa “guardião dos portões” e representa a pessoa encarregada de filtrar todas as tentativas de contato com um profissional da alta gestão ou com grande reconhecimento no mercado.

Tal historicização contribui para a marcação de posições definindo o novo e o antigo (divisões correspondentes à alternativa e ao convencional), e assim auxilia na identificação de jogadores orientados para a reprodução do estado preexistente das relações entre os jogadores, e aqueles voltados para a ação transformadora.

O espaço de possibilidades, portanto, orienta a adoção “natural” de certas práticas dentro de um campo, práticas que parecem auto evidentes e naturais para um jogador (apropriadamente estruturado para buscar os lucros específicos para jogo) dada sua legitimação histórica e sua importância para o reconhecimento contínuo. Na verdade, como Bourdieu observa, “conceitos em ismo”¹⁰ fornecem uma forma de “andaime” que permite que uma disposição seja realizada em ação e prática concretas. Permitindo que a lógica do campo seja captada e estendida pelos jogadores por meio de suas tomadas de posição subsequentes e disposições ancoradas em (ou proveniente de) estruturação fora do campo principal de influência a ser realizada (embora em uma forma consistente com o jogo), o espaço dos possíveis, portanto, fornece formas consagradas de pensamento e raciocínio através das quais os jogadores podem articular suas estratégias, orientações e disposições (J. Santos, 2015).

Os jogadores ficam assim situados em relação à lógica e à história de um campo através do assumir uma estrutura sistemática denotando conhecimentos (reconhecidos), entendimentos, habilidades, competências e valores (como é típico de todas as práticas de aprendizagem), o que também envolve práticas e fluências nas práticas consagradas através das quais este quadro é expresso (ou seja, específicas línguas). Na verdade, através da compreensão implícita e explícita do campo, possibilitada pelo espaço de possibilidades, os próprios jogadores são interpretados e marcados, com, por exemplo, especialistas ou linguagens consagradas tanto construindo o universo do campo para o jogador quanto construindo o jogador para o campo.

O quadro sociológico fornecido por Bourdieu, portanto, fornece uma leitura abrangente da mecânica da prática humana e os termos de seu desdobramento no mundo social. Para ganhar capitais, agentes são teorizados como engajando categorias de percepção socialmente estruturadas, a fim de responder a termos de distinção e diferenciação informando vários universos de campo; entrada em, e continuação da existência dentro de um campo, portanto, pressupõe que um agente está predisposto aos seus termos de não reconhecimento, que pode funcionar tanto por meio de troca econômica direta ou afetiva

¹⁰ Ismo significa doutrina, sistema, teoria, tendência, corrente etc.

qualidades de "alquimia simbólica" que se baseia no envolvimento corporal.

A busca de capital é, portanto, apresentado por Bourdieu não apenas como um empreendimento alcançando sentido dentro de um campo discreto de formações, mas o princípio gerador da prática, pelo qual as classes reproduzem seus dominantes (ou subordinadas) dentro do mundo social. (Silva & Oliveira, 2017). A lógica da prática humana se estende também a teorização da prática humana; a produção simbólica típica dos universos das corporações que também estão ligados à legitimação e à consagração.

Em um esforço para colocar este sistema de relações sociais girando em torno da distinção, a sociologia bourdieusiana tenta unir estudo etnográfico e reflexão teórica de forma a tornar a lógica da prática sem a distorção perpetuada historicamente por meio da teorização acadêmica (e legitimação); como tal, Janowski e Medeiros (2018) tenta representar a lógica da prática de uma maneira que não projeta os entendimentos característicos da objetivação teorizada nas ações dos situados agentes. Embora as ramificações desses elementos do programa de Bourdieu sejam abordadas em capítulos posteriores, esta introdução à lógica da prática fornece um modelo através do qual a violência simbólica no trabalho pode ser devidamente compreendida como um campo, exibindo letras maiúsculas distintas e aplicando termos específicos de legitimação.

3.1 Reflexividade do trabalhador

Bourdieu (1995) incluiu trabalhadores no quadro de suas teorias por meio de uma conceituação de reflexividade. O conceito de reflexividade baseia-se na ideia de que é impossível para o trabalhador ser totalmente objetivo, porque ele é um indivíduo que existe em vários campos da sociedade, possui certas formas de capital, e cujo habitus inclui certas noções doxicas. (Wacquant, 2002).

O que me angustia quando leio algumas obras de sociólogos é aquele povo cuja profissão é objetivar o mundo social, se mostra tão raramente capaz de se objetivar, e falha tantas vezes ao perceber que o que seu discurso aparentemente profissional não é o objeto, mas sua relação com o objeto. (Wacquant, 2002, p.45).

Em consonância com seu apelo à reflexividade, nas palavras de Wacquant (2002), Bourdieu argumentou contra intelectuais, assumindo o ponto de vista do “espectador imparcial”, ele sugeriu que assumindo tal ponto de vista, o trabalhador não apenas

desconhece a influência de seu próprio *habitus* e campo pessoal, mas também interpreta (mal) o mundo social como um quebra-cabeça interpretativo para ser resolvido, ao invés de uma malha de tarefas práticas a serem realizadas em tempo e espaço real.

Nas palavras de Rosa e Brito (2009), Bourdieu ao retratar o mundo puramente em termos objetivos (como “coisas” a serem feitas), o trabalhador não fornece uma visão da verdade, mas perpetua o que já existem (*habitus* dentro dos indivíduos; *doxa* dentro dos campos). É por esse processo que alertou que os intelectuais se tornam os “brinquedos das forças sociais” que contribuem para a manutenção do status da empresa.

Bourdieu (1995) argumentou que os trabalhadores deveriam proteger-se contra essa possibilidade, permanecendo vigilantes para com seus próprios preconceitos, mas também alinhando-se com seus sujeitos. Os trabalhadores deveriam dedicar parte de seu tempo e energia, em seu modo ativista, para ajudar os não profissionais para se equiparem com armas específicas de resistência. Dentro desta ideia está a crença de que os intelectuais têm uma missão cívica de intervir na esfera pública em assuntos para os quais eles têm competência, e usar o capital cultural, social e intelectual que acompanha a posição do intelectual para expor as desigualdades inerentes à sociedade e os métodos pelos quais elas são perpetuadas. O autor acreditava que esta missão era essencial para ser o peso do mundo, ele organizou a pesquisa de mais de vinte sociólogos para demonstrar como tal processo poderia ser conduzido. Ao resumir este processo, explicou que falando e relacionando-se com seus assuntos, ele e os outros pesquisadores foram capazes de transcender a *doxa* intelectual que já havia definido sua experiência, iluminando os problemas sociais reais que contribuíram para sua miséria, e o enfrentamento da violência simbólica embutida em suas experiências. Para os trabalhadores interessados em descobrir a verdade, acreditava que tal função não era apenas benéfica, mas era necessária para conduzir pessoas significativas.

3.2 Posição dos trabalhadores no campo burocrático

A afirmação de Bourdieu (2001) de que os campos ocorrem em hierarquias se aplica diretamente ao campo profissional, particularmente, sua história de lutar pelo status de uma profissão respeitada. Desde Lucas e Silveira (2017) afirmou que ser um profissional não era uma profissão, o campo tem se preocupado com seu status, trabalhando continuamente para demonstrar sua legitimidade como uma profissão proporcional como medicina ou direito. De acordo com Medeiros e Campos (2020), esses esforços por assistentes sociais para provar o status do campo resultaram em algumas conquistas significativas, mas também têm um preço.

Embora o serviço social tenha desenvolvido muitos dos atributos da profissionalização (por exemplo, um corpo sistemático de conhecimento, currículo padronizado, associações profissionais), alguns autores argumentaram que o profissional deixou para trás a tradição de reforma social e substituiu seus fundamentos humanísticos por positivismo empresarial.

De acordo com Brandão (2010), o profissional tem se voltado cada vez mais para um modelo no qual os serviços não são mais fornecidos por qualquer tipo de pessoa, mas são contratados através de organizações com fins lucrativos e exigentes. Em uma crítica fervorosa, Alcadipani (2010) argumenta que devido à profissionalização, o campo do profissional atrai menos pessoas atraídas pelo compromisso com a organização, social e o bem-estar da empresa. Esta visão é compartilhada por Fagundes (2017), que argumenta que a virada do profissional em direção ao profissionalismo, gerencialismo e prática baseada em evidências resultou em uma deserção da sua original missão de promover o seu melhor e fornecer ajuda para as empresas e seus colaboradores.

Caproni e Bicalho (2017) distinguem entre duas abordagens para determinar a profissionalização: Os atributos (ou abordagem de traço) e a abordagem de poder (ou controle).

Em termos bourdieusianos, o campo do profissional encontra-se sob o controle da empresa, que em si não é uma única entidade monolítica, mas uma coleção de subcampos disputando a definição e distribuição de bens privados. (Setton, 2002). Dentro deste coletivo, o trabalho representa a “mão esquerda das empresas” e encarregada de funções acordadas e outras que não, como educação contínua, profissionalismo, liderança e habilidade de aprendizagem, portanto, o indivíduo oferece todo o seu tempo para a empresa.

O significado desta conceituação do profissional é duplo, porque o campo não é mais visto como de gênero masculino, mas em grande parte não está no mesmo nível de outros subcampos em termos de capital simbólico.

De acordo com Peters (2013), alguns teóricos argumentaram que é porque o campo é caracterizado pelas qualidades aparentemente naturais de liderança e multitarefas que é considerado por alguns como uma semiprofissão. Adicionando a estas dificuldades as dúvidas sobre a base de conhecimento do profissional é:

Cada vez mais aceita como rigorosa, as empresas continuam a ter uma posição mais ambígua na economia ou consciência popular comparada com a base do profissionalismo. Profissional podem se ver presos entre seu trabalho sendo aceito e, portanto, visto apenas como senso comum (o que as pessoas sabiam de qualquer

maneira), e não sendo aceito porque desafia preceitos. (Peters, 2013, p.25).

Assim, como um subcampo que disputa os recursos da empresa, o profissional tem mais a fazer para ganhar e manter sua legitimidade, ele deve lutar por capital e agarrar-se a ele desesperadamente. Além disso, o subcampo se esforça para afirmar sua "vontade", para provar (muitas vezes por meio de testes de recursos e outras intervenções) que é um administrador sensato e responsável dos recursos da empresa.

Uma segunda implicação da compreensão de Bourdieu (1992) sobre o trabalho é que, dentro dessa estrutura, o campo não é autônomo. Para o autor, um campo autônomo possui sua própria história, opera de acordo com seu próprio habitus, e mantém um conjunto distinto de crenças. Como um mero inverso da "mão direita" da empresa, o trabalho não tem essa soberania.

O conceito de autonomia é particularmente saliente na teoria de Bourdieu, uma vez que ele acreditava ser crucial para os indivíduos exercer a análise crítica e o debate em nome dos desfavorecidos (trabalhadores). Acreditava que os trabalhadores têm um dever cívico para investir seu capital social e intelectual em lutas mais válidas, e aplicar o raciocínio crítico para derrubar a doxa que define as condições sociais da subclasse e legitima seu sofrimento. Embora em consonância com os valores dos trabalhadores, desde que o campo do profissional permaneça preocupado com sua própria legitimidade como profissão, e busque estabelecer sua validade imitando os métodos punitivos e mesquinhos do "braço direito da empresa" do campo burocrático, o profissional será aleijado em sua capacidade de defender a si e seus valores.

3.2.1 Mapeando as percepções sobre desigualdade de gênero

Embora permaneçam em diferentes correntes de teorias de desigualdades de gênero, todas compartilham um interesse comum, esforços para desafiar e superar disparidades e injustiças entre mulheres e homens (Wacquant, 2002). A literatura feminista contemporânea continua a promover novas maneiras de examinar os traços socialmente formados de masculinidade e feminilidade e, dessa forma, abordar as desigualdades de gênero no espaço e no tempo, muitas vezes impulsionadas pelo poder, status e prestígio que mulheres e homens compartilham. Grupos, coletividades e sociedades em intersecção com classe, religião, raça, sexualidade, cultura e nacionalidade ao lado de outras diferenças sociais e geográficas (Setton, 2002).

Conforme relatório divulgado em março de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Agência Brasil, 2021), em 2019, as mulheres receberam pouco mais de três quartos (77,7%) do rendimento dos homens.

Essa desigualdade foi maior entre as pessoas dos grupos ocupacionais em cargos de direção e gerência e profissionais das ciências e intelectuais, concomitantemente com maiores salários. Nesses grupos, as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens. No Sudeste, as mulheres receberam 74% e no Sul, 72,8 do rendimento dos homens. Já no Norte (92,6%) e Nordeste (86,5), regiões onde os rendimentos médios foram mais baixos para ambos os sexos, as desigualdades eram menores (IBGE, 2021).

Estudiosos argumentam que, historicamente, essas noções percebidas de papéis de gênero e estereótipos colocam os homens corporativos como ganha-pão (trabalho remunerado / orientação profissional) e as mulheres são vistas como defensoras de papéis orientados para a família, como casamento, maternidade, dona de casa, criação de filhos manter a família. (Albino et al., 2011).

Em nossa sociedade ainda observa-se que o papel do cuidado é naturalizado às mulheres, como se ao nascer mulher, automaticamente a tarefa dos cuidados da casa, dos filhos, dos mais idosos e vulneráveis precisasse ser assumida pela mulher.

Para Biroli (2018), os trabalhos realizados por mulheres na vida cotidiana doméstica, não são escolhas voluntárias, embora não haja legislação que impeça de exercer outro tipo de trabalho, mas, sim, aspectos estruturais que definem a mulher como responsável pelo cuidado com o outro, fardo esse que demanda tempo reuzindo suas possibilidades no mundo do trabalho.

As políticas espaciais do lar (a esfera privada) são tais que se espera que as mulheres forneçam o mundo interno, enquanto o mundo externo (a esfera corporativa) ou de “interesses materiais” é construído por e para os homens. (Carrieri, Aguiar, & Diniz, 2013).

Segundo pesquisas realizadas pelo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) (2021), em 2019, o rendimento médio mensal dos homens era de R\$2.555, o das mulheres era de R\$1.985. As mulheres apesar de mais instruídas, são minoria na docência superior, elas representavam 46,8% dos professores de instituições de ensino superior.

Ainda conforme dados do IBGE são mais de 11 milhões de mães solo no Brasil. Ser mãe solo é ser responsável por cuidar dos filhos, além de ter que conciliar trabalho e a garantia da parte financeira da família.

Com a Pandemia COVID-19, a situação de desemprego foi agravada e pelos dados

da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no terceiro trimestre de 2020, 8,5 milhões de mulheres tinham deixado o mercado de trabalho em comparação ao mesmo período anterior (IBGE, 2021).

O Cadastro Geral de Empregado e Desempregados (CAGED) aponta que em 2020 (Ministério do Trabalho, 2020), 230,2 mil vagas de trabalho formal foram ocupadas por homens, sendo que as mulheres perderam 87,6 mil postos de trabalho.

Ainda segundo o Ministério do Trabalho (2020), em decorrência da crise sanitária, mais especificamente nos meses de abril a dezembro, o saldo empregatício ficou positivo em 168 mil para eles, sendo que 94,9 mil de colocações foram eliminadas para elas. Nesse cenário de crise sanitária, é possível observar a fragilidade das vagas ocupadas por mulheres no mercado de trabalho.

Tabela 3

Número de mulheres fora do mercado de trabalho no terceiro trimestre em mil

Ano	Número de mulheres fora do mercado de trabalho
2016	42.116
2017	41.771
2018	42.159
2019	41.900
2020	50.466

Nota: (Brasil, 2020).

Nesse contexto, o processo do sistema de gênero e os valores socioculturais embutidos construídos em uma miríade de traços comportamentais da sociedade corporativa são mais complexos do que realmente percebidos (Metzger, Maugeri, & Benedetto-Meyer, 2012). Por exemplo, as pesquisas mostraram que a orientação de gênero na cultura corporativa permanece tão profundamente arraigada, que mesmo aquelas mulheres que estão envolvidas em empregos altamente remunerados (em função de sua educação superior) se veem principalmente como donas de casa, onde geram a principal a responsabilidade pelas tarefas domésticas e cuidados infantis (Vasconcelos, 2002). Desta forma, elas se retratam como vítimas de “não reconhecimento” e violência simbólica.

Assim, se faz necessária à discussão sobre as noções de violência simbólica e “desreconhecimento” delineadas por Pierre Bourdieu, que fornecem novos *insights* e sintetizam este estudo.

3.3 Poder e violência simbólica

As ferramentas teóricas de Bourdieu também são úteis para destacar as relações de poder e violência simbólica construídas nas interações entre trabalhadores e clientes. Em uma aplicação adequada de teorias de Bourdieu sobre a prática de fornecer ajuda em dinheiro, J. Santos (2015) descreve o impacto dos testes de meios no relacionamento entre cliente e trabalhador:

Oficiais policiam o acesso aos benefícios sociais, garantindo que apenas aqueles com um direito legítimo os recebem. Eles operam em um campo com capital político, e o exercício de seu poder produz imediatamente estigma, capital simbólico negativo para seus clientes. (p. 55).

Com o objetivo de minimizar esse estigma e recuperar seu capital simbólico positivo, J. Santos (2015) demonstra que os clientes empregam um número de estratégias, da resistência à submissão, induzindo uma resposta dos trabalhadores encarregados de manter o cumprimento. Essa relação traz consequências para o *habitus* de ambos destinatários e trabalhadores: Os clientes se identificam como “objetos” de bem-estar, impotentes e dependentes; os trabalhadores desenvolvem um *habitus* administrativo orientado para o poder e o controle. O efeito líquido é que:

Trabalhadores e clientes pertencem a uma estrutura de dominação, mas que é amplamente mal reconhecida. A noção de "reconhecimento incorreto" de Bourdieu simplesmente indica, neste contexto, que a relação entre as agências administrativas e os beneficiários empresa, que são organizados em termos de controle, são erroneamente reconhecidos como cuidadosos. O não reconhecimento é claro e não acidental: Ativa estruturas simbólicas que são incorporadas ao *habitus* e são passíveis de garantir a conformidade (J. Santos, 2015, p. 60).

Bourdieu (1995) escreve que a importância do poder simbólico está em sua capacidade de impor os princípios da realidade e construção em outros. Como membros de confiança da sociedade que encontram indivíduos em seus níveis mais vulneráveis e definem isso a experiência por meio de avaliações corporativas, cabe aos profissionais considerar os efeitos das desigualdades corporativas sobre o *habitus* de seus clientes, as maneiras pelas quais os clientes podem ter incorporado suas posições sociais dominadas, a vergonha e a culpa dessa posição de sujeito, e do potencial de suas próprias ações reforçar a violência simbólica (Medeiros & Campos, 2020). Abordagens que tentam melhorar o profissional funcionam por meio de ameaças, práticas punitivas e vergonha que pode não só errar o alvo, mas também causar danos.

3.3.1 Realização e poder no trabalho de serviço

Uma rica literatura organizacional destacou a incorporação para explicar as desigualdades de poder e a dominação no trabalho. Carrieri, Aguiar e Diniz (2013) em seu estudo recente sobre o trabalho de hotelaria, descobriram que os trabalhadores são “segmentados” com base em suas diferenças sociais incorporadas e percepções estereotipadas da preferência do cliente. Em conformidade com os protocolos impostos aos trabalhadores, eles modificam sua incorporação para realizar o trabalho em linha com as expectativas dos clientes de classe média e alta, é o trabalho que os prestadores de serviço realizam em seus corpos, bem como em corpos de clientes.

Albino, Cattabriga, Rezende e Neiva (2011) identificaram maneiras pelas quais os trabalhadores de serviço em lojas de cosméticos usavam seus corpos como uma ferramenta para "feminilidade aprimorada" por meio de um "corpo disciplinado" (padronizando a linguagem corporal), um "corpo espelhado" (adornando produtos cosméticos para produzir belas imagens para os clientes), e um “corpo comunicativo” (alegando especialização como conselheiros de beleza).

Silva e Oliveira (2017) descobriram que trabalhadores de *call center* representavam “imaginários corporais” de clientes e, conseqüentemente, ajustavam seu corpo (voz) para consertar diferenças culturais. Em outras palavras, os trabalhadores se apropriaram e incorporaram as devidas exigências para servir seus clientes.

Metzger, Maugeri e Benedetto-Meyer (2012) em seu estudo sobre salões de manicure destacaram o trabalho emocional e corporal realizado por trabalhadoras imigrantes nas classes média e alta e mostraram as tensões e hostilidade entre elas. Vasconcelos (2002) mencionou as maneiras exploratórias pelas quais os corpos dos trabalhadores são levados a apelar esteticamente aos clientes para “ter uma boa aparência” e “soar bem”. Assim, estudos têm argumentado como as desigualdades de poder e o domínio do cliente sobre os trabalhadores se manifestam na forma de modificação da corporificação dos trabalhadores.

É importante estudar o papel dos trabalhadores no trabalho e atendimento ao cliente corporificado por meio de uma lente Bourdieusiana. Este estudo baseia-se na caixa de ferramentas analíticas de Bourdieu, que é particularmente adequada para teorizar a dominação na vida social. Bourdieu (1995) usa a noção de “campo” para explicar as interações sociais e a (re)produção de desigualdades na sociedade. Um campo é um arranjo de posições sociais governadas pelas relações de poder entre atores sociais ou agentes.

Pode-se argumentar que o trabalho e as relações cliente-trabalhador são comparáveis a um campo. Clientes de classe média e trabalhadores são atores no campo, mas em diferentes

posições de poder (Almeida, 2005). O poder relativo dos atores está ligado à sua compreensão do campo e como agir de acordo com suas regras; bem como o capital (econômico e posses materiais), social (relações sociais), cultural (posses históricas e culturais) e simbólico (reconhecimento ou prestígio) que possuem e podem utilizar-se neste jogo. Alguns desses capitais são adquiridos na infância e formam *habitus* condicionados, ou seja, uma disposição relativamente durável e a tendência interna dos agentes de perceber, pensar, sentir, avaliar, falar ou agir (Bourdieu, 1995).

Dependendo dos indivíduos que passam sua infância escutando que é um orgulho trabalhar e outros que escutam que é bom empreender, eles podem possuir capital e *habitus* culturais diferentes, limitando ou aumentando suas chances de adaptações corporais (Bourdieu, 1992). Em outras palavras, os clientes e os trabalhadores provavelmente possuem capital e *habitus* diferentes com base em suas origens.

Bourdieu (1992) descobriu que os contextos corporativos são uma fonte (ou falta) de capital cultural, e Leal et al., (2012) descobriu que esse capital cultural concede *habitus* aos indivíduos. De maneira mais geral, argumentou-se que os *habitus* e as formas de capital são desvalorizados nos espaços corporativos. Bender (2017), em seu estudo de jovens, descobriu que o *habitus* dos jovens lhes proporcionava a “propriedade e capital fundiário” do trabalho árduo, uma vontade de aprender e sua vontade, nascida por necessidade, podendo estar disponível sete dias por semana e trabalhar em condições difíceis. Esses são os trabalhadores que ocupam empregos de classe baixa.

Por outro lado, existem os indivíduos que são ditos como possuidores de um *habitus* de classe média alta que está vinculado a fazer parte de uma cidade global e as conotações culturais associadas (Lucas & Silveira, 2017). Os clientes de classe média possuem urbanidade habitual, o que significa individualização e contato constante com estranhos, o que lhes fornece capital comunicativo. Bourdieu (1989) definiu classe como:

Um conjunto de agentes colocados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas homogêneos de disposições capazes de gerar práticas semelhantes; que possuem um conjunto de propriedades comuns, capital objetivado e corporificado. (p. 95).

Emanando dos “condicionamentos” compartilhados está o *habitus* de classe, em outras palavras, o *habitus* de classe é uma forma internalizada da condição de classe e dos

condicionamentos que ela acarreta. (Bourdieu, 1989). Assim, pode-se argumentar que o *habitus* de classe média dos clientes vis-à-vis e os *habitus* de classe inferior dos trabalhadores nas interações cliente-trabalhador reproduz a desigualdade e a dominação social.

Essa dominação é reproduzida de forma “suave” (Bourdieu, 1995). A violência simbólica, ou os inúmeros atos sutis de dominação simbólica que criam “distinção” entre a classe dominante e a classe dominada. Uma característica peculiar da violência simbólica é que ela é uma forma de poder mal reconhecida e legitimada até mesmo aos olhos das vítimas que compartilham as regras do jogo. Em outras palavras, as vítimas, os trabalhadores, se comportam de maneira que se conformam e reforçam sua própria subordinação. Isso é “violência” porque membros da classe baixa, por exemplo, trabalhadores, são influenciados de tal maneira que permanecem abaixo de suas realizações e potenciais (Medeiros, 2013), eles são excluídos e tornam-se mais vulneráveis.

Embora o conhecimento sobre a divisão cliente-trabalhador esteja disponível em outra parte da literatura fora do trabalho, ainda não se sabe como é informado o trabalho, especificamente a dinâmica cliente-trabalhador. Até o momento, apenas alguns estudos de Almeida (2005) examinaram o papel da incorporação no trabalho de atendimento ao cliente. Por exemplo, a pesquisa sobre vendedoras em lojas de cosméticos em Walmarts enfatiza a maneira como jovens vendedoras reinventaram seus corpos como "legivelmente modernos e urbanamente femininos", aprendendo uma "iguaria do toque" ao aplicar produtos aos clientes.

Almeida (2005) argumentou que aprender uma nova personificação representava uma oportunidade para jovens vendedoras adquirirem novas formas de feminilidade que ocultavam suas origens na esperança de alcançar mobilidade social. Ao mesmo tempo, essa feminilidade corporificada aprendida as mantinha nesses empregos de baixo salário e baixo status. Examinando como as normas de estratificação na grande sociedade são reproduzidas em um ambiente organizacional, o autor documentou como a divisão social é convertida em fronteiras organizacionais e socioculturais.

O capital de serviço, que se refere ao apelo visual e familiaridade com protocolos interativos culturalmente dominantes, é um recurso que beneficia os trabalhadores em relação aos clientes. Os corpos, sotaques e estilos de discurso dos trabalhadores revelam suas origens, que eles lutaram para ocultar. Em outro estudo com trabalhadores de hotelaria e varejo, o mesmo autor (Almeida, 2005) descobriu que os trabalhadores foram desvalorizados e que foram considerados "deficientes" em capacidade social, civilidade, higiene e intelecto. Com base nessa pesquisa emergente, este estudo examina como o trabalho corporal realizado na dinâmica cliente-trabalhador reproduz a dominação e subordinação de classe.

3.4 Reflexividade e autoanálise

Para entender adequadamente o impacto do envolvimento da empresa nas experiências de vida dos seus trabalhadores e para evitar impedir o progresso dos profissionais ou aumentar o seu sofrimento, os próprios trabalhadores devem avaliar as premissas sob as quais operam. De acordo com Lucas e Silveira (2017),

As empresas devem analisar suas visões dadas como certas, antes de intervir na vida dos trabalhadores. A menos que o profissional reflita sobre o *habitus* pessoal e o campo profissional em que está ancorado, há o perigo de replicar noções tendenciosas que foram inculcadas por meio de treinamento profissional, diretrizes gerenciais ou experiências em empresas. (p.63).

Essa consciência é adquirida por meio da reflexividade ou por um processo em que os trabalhadores refletem sobre como os pressupostos subjacentes à sua prática foram mediados por meio de seus *habitus* e campo, bem como de sua profissão. (Bourdieu, 2005).

Para fazer isso, os profissionais devem refletir sobre as formas que seus valores, atitudes e percepções pessoais permitem certas perguntas e ideias, mas excluem outras, por exemplo, são trabalhadores capacitados para atender pessoas? Eles estão inclinados a julgar os clientes? Até que ponto a falta de cooperação é descartada?

A importância de fazer essas perguntas reside no fato que as informações e análises obtidas pelos trabalhadores ocorrem por meio de um processo interpretativo, com consequências para seus clientes (Janowski & Medeiros, 2018). Como parte de seu trabalho, os profissionais fazem julgamentos e montam argumentos que justificam suas avaliações.

No entanto, que esses julgamentos não se baseiem apenas no conhecimento formal, mas em uma série de outras racionalidades e garantias. Portanto, as empresas e seus funcionários não devem ter julgamentos sobre culpabilidade e credibilidade, responsabilidade e irresponsabilidade. (G. Santos, 2015).

Assim, as avaliações e recomendações feitas por trabalhadores não são simplesmente o acúmulo de conhecimento objetivo, mas um processo de interpretar informações, do envolvimento com outras pessoas desenvolve, pois de acordo com G. Santos (2015, p.19) “recria, desafia, negocia e afirma o significado. Portanto, a busca do significado requer reflexividade, um processo de autorreferência e exame”.

Em uma crítica às técnicas contemporâneas de trabalho, Araújo, Alves e Cruz (2009) apontam que "sistemas", "ecossistemas" e as abordagens de "pessoas no ambiente de trabalho" oferecem pouca base para um envolvimento crítico com questões de poder. Com base na ideia de que os trabalhadores devem ajudar os clientes a se adaptarem as atuais condições, essas abordagens tendem a naturalizar diferenças de poder arbitrárias e aquiescer ao domínio social, empresarial, e ordem econômica.

Em contraste, Lucas e Silveira (2017) argumentam que os trabalhadores com foco estrutural partem do pressuposto de que a ordem empresarial e econômica dominante diretamente contribui para os problemas sociais na empresa, concentrando toda a atenção na transformação das estruturas existentes e ignorando o papel dos indivíduos.

Ambas as abordagens têm armadilhas: os sistemas e as abordagens dos ecossistemas não vão longe o suficiente para abordar as estruturas de poder que causam sofrimento ao trabalhador, e as estruturalistas enfatizam demais as desigualdades no trabalho enquanto negligenciam a capacidade dos indivíduos de alcançar mudanças pessoais, sociais e econômicas. (Lucas & Silveira, 2017). Envolvendo-se em um processo contínuo de reflexividade e autoanálise, os trabalhadores podem permanecer vigilantes às premissas envolvidas em sua prática e equilibrar os pontos fortes e armadilhas de ambos os métodos.

4 O DESAFIO À VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A NATURALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PODER

Bourdieu tem a mudança, no cerne de sua filosofia e defende pontos de vista radicais e fortes críticas à sociedade. Com isso em mente, este estudo perguntará se e como o conceito de violência simbólica de Bourdieu pode ajudar os trabalhadores a mudar o seu próprio mundo para melhor. Bourdieu é um defensor apaixonado da mudança e isso fica claro em seus escritos. Ao contrário de alguns, ele não tem medo de usar uma linguagem forte ou oferecer críticas contundentes e suas visões normativas estão claramente em exibição. (Rosa & Brito, 2009).

A abordagem de Bourdieu propõe mudança social. Para isso, é necessário reconceitualizar a sociedade para tornar visíveis as relações de poder e as injustiças que se escondem por meio de processos de desistoricização e universalização. Devemos escapar do que Bourdieu chama de violência simbólica dentro da própria mente que impede de pensar criticamente.

Bourdieu está de acordo com muitos outros grandes filósofos modernos que oferecem uma variedade de meios para desfazer a violência simbólica. Embora existam diferenças filosóficas entre esses teóricos, várias abordagens podem ser reunidas de forma útil para atingir os mesmos fins de emancipação. As maneiras pelas quais essa abordagem é aplicada ao neoliberalismo é a forma mais generalizada de violência simbólica que funciona nas sociedades trabalhadoras nos dias atuais.

No centro do trabalho de Bourdieu está a noção emotiva de violência simbólica. Este é um conceito semelhante à ideia marxista de “falsa consciência”, em que as pessoas internalizam os discursos do dominante, o que significa que as condições de existência mais intoleráveis podem muitas vezes ser percebidas como aceitáveis e até naturais (Bourdieu, 2001).

Uma breve visão geral da história nos dá motivos consideráveis para levar a sério essa afirmação. Na Grã-Bretanha vitoriana, até a rainha se opôs a estender o direito de voto às mulheres por causa de sua inadequação para a política. Da mesma forma, o “darwinismo social” e o “direito divino” dos monarcas foram amplamente aceitos no passado, apesar das enormes desigualdades e injustiças que vemos neles hoje.

Exemplos passados como esses devem alertar para a probabilidade de que muitas normas e práticas que são inquestionavelmente aceitas poderão ser consideradas bárbaras no futuro. O apelo de Bourdieu por intelectuais mais críticos que questionam as coisas que são

evidentes e desafiam a aceitação dos lugares-comuns (Bourdieu, 2005) reflete essa necessidade de questionar a sociedade contemporânea e é parte de seu ataque moral à perpetuação de injustiças ocultas.

Na filosofia de Bourdieu, a violência simbólica está alojada nos princípios duráveis de julgamento e prática de um indivíduo, o *habitus*. Com efeito, os indivíduos absorvem as estruturas e hierarquias dos ambientes sociais em que existem (campos) em suas "estruturas mentais" (*habitus*). (Morales, 2010).

Essa aceitação da ordem social, mesmo por pessoas desfavorecidas por ela, é o que Bourdieu chama de “paradoxo da doxa”, é um conflito escondido sob a superfície das noções de senso comum que governam nossa realidade social. (Brandão, 2010). Na atual estrutura dominante do neoliberalismo, individualismo e responsabilidade própria, a violência simbólica muitas vezes leva as pessoas a se culparem (injustamente) por seu próprio sofrimento, enquanto o papel da sociedade permanece oculto.

A implicação de tudo isso é necessária para uma transformação radical das condições sociais, inclusive organizacionais, de produção do *habitus* que é ativamente cúmplice de sua própria dominação (Medeiros & Campos, 2020). Em outras palavras, devemos libertar nossas mentes como um primeiro passo para nos libertarmos das injustiças do status quo¹¹.

4.1 Abordagens para libertar a mente e a desnaturalização das relações de poder

A violência simbólica é uma ideia (embora não seja um termo) comum a várias abordagens teóricas e que tem suas raízes na ideia marxista clássica de falsa consciência. Na verdade, é um conceito que está presente, em maior ou menor grau, no pensamento pós-positivista. A abordagem de Bourdieu é mais semelhante a da teoria crítica e elementos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo. Embora a base filosófica para essas abordagens se difira, elas compartilham o objetivo de desfazer a naturalização das relações sociais de poder e, como tal, podem ser vistas como um apoio mútuo.

Bourdieu vê a naturalização das relações de poder, e a violência simbólica resultante, como composta de dois processos; desistoricização e universalização. (Setton,2002).

Assim, uma relação social, como o sistema corporativo, surgiu como resultado de fatores históricos e contextuais específicos. A negação, ou o esquecimento, dessa especificidade coloca o corporativismo em grande parte fora de questão, mesmo por aqueles

¹¹ Status quo é uma locução em língua latina que significa "no estado das coisas".

que sofrem com isso. Parece ser verdade que, como Trigo (1998) argumenta, as desigualdades naturalizadas não são vistas como problemas a serem resolvidos, mas como fatos inevitáveis da vida.

O objetivo de Bourdieu de desfazer esses processos que estruturam as relações de poder como naturais pode ser mais bem alcançado por uma análise histórica e contextual das raízes desse poder. Isso é diretamente comparável à genealogia (pós-moderna) de Nietzsche e à busca por "origens", uma forma de história que historiciza as coisas que se pensa estarem além da história, incluindo aquelas coisas ou pensamentos que foram enterrados, cobertos ou excluídos da vista na escrita e na construção da história. (Medeiros & Campos, 2020). Foucault descreve a genealogia como "uma história do presente" no sentido de que procura explicar e avaliar o presente particularmente com vista a desacreditar reivindicações injustificadas de autoridade. (Vasconcelos, 2002).

A teoria crítica (internacional) também adota esse tipo de abordagem; e procura entender como essa configuração das relações de poder surgiu, quais os custos que ela acarreta e quais possibilidades alternativas estão imanentes na história. Os teóricos críticos buscam contradições internas no presente, no quadro da relação de poder que está sendo desafiada, um método conhecido como crítica imanente. O objetivo é abrir espaço para desafios democráticos ao status quo, destacando suas inconsistências e fraquezas lógicas (Souza, 2014).

Ao enfatizar as possibilidades de mudança, a teoria crítica compartilha com Bourdieu um foco na justiça e emancipação que falta em muito pensamento pós-moderno. Enquanto o pós-modernismo vê a mudança apenas como o jogo infinitamente repetido de dominações (J. Santos, 2015), Bourdieu e os teóricos críticos permitem a ideia de que algumas relações de poder são mais problemáticas do que outras. Eles se sentem justificados em defender a mudança em nome daqueles dominados por um sistema.

O pensamento pós-estrutural oferece uma estratégia ligeiramente diferente para a desnaturalização, que tem uma base mais linguística. Deriva da ideia de que todos os conceitos e lógicas, argumentos que dependem de suposições dominantes (senso comum) permitam que pareçam estáveis (Janowski & Medeiros, 2018). Através dos processos de desconstrução e dupla leitura, contradições internas podem se tornar óbvias dentro desses conceitos e lógicas e sua "verdade" pode ser desafiada.

Essas várias abordagens, apesar de suas diferenças, podem contribuir para o projeto de Bourdieu de desafiar a naturalização das relações de poder. As teorias pós-moderna e crítica enfatizam mais o elemento de "desistoricização" da naturalização, e a abordagem do pós-

estruturalismo pode ser vista talvez como um desafio à "universalização". Aceitando a afirmação de Bourdieu de que a desnaturalização é um pré-requisito para uma mudança significativa, todas essas perspectivas podem contribuir para um futuro melhor.

Neste sentido, a compreensão das representações da divisão social dos sexos e de outros sistemas de dominação torna-se essencial para transformar as relações sociais.

As relações de gênero são relações sociais; assim é possível observar que os significados e símbolos perpassam os corpos, sexos e subsidiam as ideias, valores e crenças.

Carvalho (2004) aborda a complexidade das relações que são estabelecidas desde muito cedo e o papel fundamental da educação que tem início em casa, mas que também acontece na escola, nas igrejas, nas ruas. O autor evidencia que são ambientes que efetuam distinções e promovem desigualdades entre homens e mulheres. É preciso entender que, por trás das diferenças entre homem e mulher, estão os significados das relações de poder que são histórica, cultural e socialmente constituídos.

Benevides (2004) aponta que as diferenças podem ser sinônimo de riqueza, mas a forma como são tratadas em uma determinada sociedade pode instaurar as desigualdades. Desta forma, não basta fazer a denúncia de propostas sexistas que ocorram no âmbito educacional, há necessidade urgente de conhecer e avaliar as políticas públicas educacionais que sejam contrárias às discriminações, preconceitos e desigualdades.

De acordo com Tavares, Sardenberg e Gomes (2011), a violência de gênero é um problema social preocupante que requer do Estado políticas públicas para prevenção e combate deste tipo de violência.

Segundo Teles e Melo (2003) as políticas públicas se configuram como importante ferramenta para mudança social e implementação da igualdade de gênero. Os autores afirmam que é necessário elaborar políticas que incentivem o desenvolvimento de estratégias que reconheçam a complexidade da violência contra a mulher, para alcançar soluções contra as desigualdades de gênero.

Para o Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e o Caribe (CEPAL) (2019), a verificação e análise de políticas públicas de igualdade de gênero se orienta a apontar políticas que, no contexto de processos históricos específicos e usando os recursos disponíveis, obtém resultados que tendem à justiça em três eixos: autonomia física, de tomada de decisões e econômica.

Nesse contexto, o CEPAL (2019), reconhece políticas e legislações que visam principalmente, licenças maternidade e paternidade para o cuidado e a lactância, alcance a serviços de cuidados, leis antidiscriminatórias no emprego para mãe e pais, seguridade social

e assistência médica filhos e filhas, normativas que resultem em maternidade e paternidade responsável, legislações de responsabilidade compartilhada; leis sobre cuidado e mecanismos de integração social para pessoas com deficiência, transferências monetárias para cuidadoras, e normativa constitucional para pessoas provedoras de cuidado não remuneradas.

No Brasil há o reconhecimento da importância de leis da última década como a lei n. 13.257 (2016); que em seu artigo 38 modifica os artigos 1º, 3º, 4º e 5º da lei n. 11.770 (2008), que institui o Programa Empresa Cidadã, quem que todos os empregados de empresas (parte do Programa) terão direito a 15 dias de licença-paternidade, além dos 5 dias já estabelecidos em lei, sem perdas salariais.

E também a lei n. 12.812 acrescenta o artigo 391-A, à consolidação das leis do trabalho para prever a estabilidade provisória da gestante, prevista no inciso b do número II do artigo 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (2013).

Apesar dos avanços das políticas públicas na equidade de gênero das últimas décadas, a ascensão de um governo de extrema direita no Brasil tem dificultado novas progressões.

A defesa de valores pautados no sexismo tem gerado ataques a novos projetos de lei, como a derrubada pelo presidente da câmara dos deputados em acordo com o presidente Jair Bolsonaro da PLC 130/2011 (2011), o projeto de lei que prevê multa para empresas que pagarem salários diferentes para homens e mulheres que exerçam a mesma função.

4.1.1 Disparidades e segregações: a desigualdade de gênero

Giddens (2005) aponta que existem fenômenos que caracterizam as relações de gênero em nossa sociedade: a disparidade salarial (diferença entre a remuneração do trabalho masculino e feminino) e a segregação ocupacional (divisão do mundo do trabalho em ocupações “femininas”, geralmente com baixa remuneração e pouco reconhecidas socialmente, e ocupações “masculinas”, com melhor remuneração e mais prestígio).

É possível observar avanços obtidos, desde a década de 1960, por meio das pressões políticas do movimento feminista, pela igualdade de gênero; e até mesmo, pela garantia do direito à igualdade de salário que está na Constituição Federativa do Brasil de 1988 (1998), conforme:

Art. 7º: São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (. . .) [parágrafo] XXX: Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de

sexo, idade, cor ou estado civil (. . .)”. (pp.18-19).

Paschoal (2006) cita o artigo 461 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943):

Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) § 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017) § 2º Os dispositivos deste artigo não prevalecerão quando o empregador tiver pessoal organizado em quadro de carreira ou adotar, por meio de norma interna da empresa ou de negociação coletiva, plano de cargos e salários, dispensada qualquer forma de homologação ou registro em órgão público. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017). § 6º No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

A legislação oferece possibilidade para que o salário pago às pessoas que ocupam o mesmo cargo seja diferente apenas nessas situações: 1- quadro de carreira homologado pelo ministério do trabalho; 2- diferença de produtividade e perfeição técnica (de acordo com laudo pericial) ou; 3- diferença de dois anos na função.

A implementação de políticas públicas referentes ao gênero implica em vários desafios, especialmente àqueles relacionados a vencer resistências já internalizadas. Essas políticas representam ferramentas que o Estado possui, voltadas para superar ou pelo menos minimizar as disparidades, defender os direitos humanos, na sua integralidade, e atender as particularidades do sexo feminino. (Oliveira & Cavalcanti, 2007).

Suárez e Bandeira (2002) afirmam que por haver complexidade, no que diz respeito à violência é necessária uma política que envolva as mais variadas esferas do poder público em conjunto com entidades da sociedade civil. É preciso ainda uma política social que vise

superar o caráter descontínuo que tem caracterizado as políticas públicas no Brasil.

É possível observar que apesar de todos os esforços, ainda persistem as disparidades salariais e as segregações ocupacionais.

Em síntese, a via de reconhecimento da materialização de políticas de caráter social, as políticas sociais surgem em meio aos debates entre população e governos, onde este, adere à uma sistemática contenção da “desordem pública” que coaduna com as desigualdades sociais, bem como, nos dá ferramentas muito escassas de efetivação da emancipação dos seres sociais.

4.2 Reconhecimento errado

Segundo Silva e Oliveira (2017), o não reconhecimento é o processo pelo qual as relações de poder são percebidas, não pelo que elas objetivamente são, mas em uma forma que as torna legítimas. A legitimação do mundo social resulta de agentes sociais assumindo o mundo como certo, aceitando-o como é; uma vez que suas "estruturas cognitivas" (percepções) são emitidas fora das próprias estruturas do mundo, que tendem a retratá-lo como evidente.

Desse modo prático que normalmente seriam consideradas problemáticas ou "violentas" acabam ganhando espaço social e aceitação através, por exemplo, de discursos, práticas e políticas particulares. Em expansão a conceituação de Bourdieu de reconhecimento incorreto, Wacquant (2002) reconhece o reconhecimento incorreto tão profundo e universal, o resultado do *habitus* incorporado e corporificado, em um processo de internalização que era inconsciente, ao invés de um efeito espontâneo e especificamente em relações capitalistas.

No que se refere à coexistência de violência física e simbólica no mesmo ambiente social em formação e às vezes nas mesmas relações, Bourdieu (1992) argumentou que quando a dominação só pode ser exercida em suas formas elementares, ou seja, diretamente, entre uma pessoa e outra, não pode acontecer abertamente e deve ser disfarçada sob o véu de relações encantadas e para ser socialmente reconhecida, ela deve ser mal reconhecida. Bourdieu explica que a única maneira pela qual as relações de dominação e exploração podem ser mantidas é através do cultivo de relações de dependência pessoal que devem ser disfarçadas e transfiguradas para que não se destruam revelando sua verdadeira natureza; em um mundo, os indivíduos devem ser eufemizados.

Bourdieu ilustra isso por meio de exemplos como a troca de presentes, em que dar é

também uma forma de possuir, pois na ausência de qualquer garantia jurídica ou de qualquer força coercitiva, uma das poucas maneiras de “segurar” alguém é manter uma resistência assimétrica duradoura e relacionamento como endividamento; e porque a única forma legítima e reconhecida de posse é aquela obtida ao se exprimir, ou seja, obrigação, gratidão, prestígio ou lealdade pessoal. (Bourdieu, 2005).

Assim, a troca de mercadorias é constitutiva de violência simbólica por meio da qual uma relação de interesse se transmuta em uma relação desinteressada e gratuita. (Janowski & Medeiros, 2018). O não reconhecimento subjetivo dos significados associados com uma determinada ação, prática ou ritual pode se tornar uma condição necessária para violência.

No contexto específico da violência interpessoal, muitas vezes, o perpetrador tenta "segurar" alguém por meio de estratégias semelhantes para que o endividado adote uma atitude subserviente. Em outras palavras, trata-se de criar dependência. Por exemplo, em situações em que a violência ocorreu, muitas vezes, o perpetrador presenteia a vítima com flores, chocolate e jantares, e um certo nível de intimidade é frequentemente restabelecido. Trata-se de criar um reconhecimento incorreto por meio de processos de punição e recompensa, de modo que os dois se tornem quase indistinguível para a vítima. Isso também pode obrigar a vítima a permitir que o perpetrador de volta em casa, possa forçá-la a ver o relacionamento como "normal". Assim, o não reconhecimento é o fato de reconhecer a violência que é exercida precisamente na medida em que não se percebe como tal. (Wacquant, 2002).

4.2.1 Estratégias de condescendência

Estratégias de condescendência referem-se a práticas sociais em que uma pessoa ou grupo de pessoas (para exemplo, a maioria com cargos mais altos) com maior poder, distorce ou minimiza as disparidades de poder entre si e pessoas que ocupam posições relativamente subordinadas dentro de um determinado espaço social, ou através da manipulação da proximidade relacional quando for vantajoso para eles.

Tal estratégia funciona bem se aqueles que ocupam uma posição superior na hierarquia e têm maior acesso a capital simbólico, reconhece a disparidade entre eles e o resto para que a simbólica negação da hierarquia permite ao falante combinar os lucros ligados ao não diminuído em hierarquia com aqueles derivados da negação distintamente simbólica da hierarquia. (Bourdieu, 1989).

Eles negam simbolicamente a distância social entre eles e os outros, uma distância que

não deixa de existir, colhendo assim os frutos do reconhecimento concedido a uma denegação puramente simbólica da distância.

Através da linguagem, mais especificamente, "linguagem legítima" é possível exercer nossa competência social, nosso poder social e impor nossa autoridade. Ao discutir o poder simbólico exercido por meio da linguagem, Bourdieu (2007) descreve como o prefeito da província francesa de Bearn¹², em discurso para assembleia Bearnais, optou por falar na língua provincial em vez de francês "oficial". Bourdieu descreve isso como uma estratégia de condescendência, que alcança seu valor para instigador por meio de um movimento duplo de negação e reforço simultâneo de estruturas de poder conhecidas, ou seja, o público reconhece a lei não escrita, que prescreve o francês como a única língua aceitável para discursos formais em situações formais. Aqueles que subvertem hierarquias objetivas são aqueles que estão confiantes de sua posição nessas hierarquias e possuem a competência legítima e a capital simbólico necessário.

4.3 A prática da reflexividade: problemas e respostas

Como Bourdieu deixou claro em discussões com Silva e Oliveira (2017), falamos muito sobre consciência, muito em termos de representação. O mundo social não funciona em termos de consciência, e, sim, em termos de práticas, mecanismos e assim por diante. Ao usar a doxa, aceitamos muitas coisas sem conhecê-las. Para ir além das falácias indicativas historicamente do trabalho e preocupadas com a experiência da profissão, na verdade, ir além do que é aceito "sem saber" no campo dos trabalhos, portanto, requer plena consideração do programa reflexivo apresentado por Bourdieu como corretivo à estruturação via doxa e as determinações resultantes de um arbitrário cultural específico.

Tal consideração requer o exame das posições ocupadas por uma série profissionais e doxósofos¹³ e investigam as disposições embutidas nas formas amplas de pensamento escolástico que permitiram que tais posições existissem em seus estados ocupados (disposições que sancionam procedimentos investigativos particulares e objetivos acima de outros).

¹² Bearn é uma antiga província francesa situada no sopé dos Pirenéus.

¹³ Bourdieu em artigo dos anos 1970 usa o termo doxósofo, para se referir a certos especialistas que: "revelam, por uma inversão tipicamente socrática, sua ignorância do princípio da eficácia dessas perguntas, a saber: a inconsciência feliz da incompetência científica politicamente competente que faz com que o doxósofo, como teria dito Platão, especialista da doxa, opinião e aparência, sábio aparente e sábio de aparência, esteja fadado a dar aparências de ciência a um terreno em que as aparências sempre são a favor da aparência" (Bourdieu, 1985, p. 154).

A história de uma vertente específica da teoria do trabalho sugere uma batalha pela consolidação de um *habitus* específico possibilitado por um certo arbitrário cultural (alicerçado no escolástico à disposição), um *habitus* que se caracteriza pela relação de reforço mútuo de uma posição distinta no mundo e a orientação para o mundo que essa posição representa e legitima. No entanto, situar-se (na prática da sociologia reflexiva) como crítico desse *habitus* não envolve apenas explorar a batalha em curso para sustentá-lo e o poder que ele exerce sobre as tomadas de posição dentro de seu domínio (especificamente sua perpetuação de termos de referência ou princípios proibitivos de avaliação, aceitação e rejeição que funcionam para sustentar um sistema de reconhecimento e apreciação), mas também a consideração da função naturalizante de um bem-sucedido arbitrário cultural e a limitação de tomadas de posição "alternativas" (ou seja, teorização alternativa) (Almeida, 2005).

Como se chega a perceber alternativas de estruturação e ajuste as funções além da compreensão "consciente" ou "inconsciente", algo que o indivíduo absorve como o ar, algo que ele não se sente pressionado, (estar) em todos os lugares e lugar nenhum.

Quais condições estruturais são necessárias para a adaptação a este arbitrário cultural (o natural) para se tornar o assunto de consideração, crítica e mudança. Na verdade, como pode a ignorância aprendida constitutiva da existência social reconhecida (e, portanto, de seu status) ser negociado. (Medeiros & Campos, 2020).

Este esforço é duplamente difícil quando alguém é um membro do campo sob exame, pois como Bourdieu (2005) explica:

Somos (então) obrigados a enfrentar, de forma dramatizada, um certo número de problemas epistemológicos fundamentais, todos relacionados à questão da diferença entre conhecimento prático e conhecimento profissional, e particularmente para as dificuldades especiais envolvido primeiro em romper com a experiência interna e, em seguida, em reconstituir o conhecimento que foi obtido por meio deste intervalo. (p.68).

O reconhecimento desse problema não é exclusivo de Bourdieu, é claro, mas embora seja convencional, princípios que informam a produção de conhecimento crítico (científico) requerem um nível de abstração e remoção (tanto física quanto mental) do objeto de pesquisa, Bourdieu, ao invés disso, enfatiza a necessidade de uma teoria de imersão e inclusão na pesquisa de programas (contra pressuposições objetivistas tradicionais), a fim de dar conta de

práticas, conhecimentos, especificamente o que ele considera *illusio*¹⁴ nos mundos sociais e simbólicos. (Leal et al., 2012).

Representando *illusio* envolve reconhecer como os jogadores estão interessados em um jogo específico, em termos do grau de que eles acham necessário para participar e competir. Os jogos sociais são esquecidos enquanto a ilusão é a relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e os objetivos estruturais do espaço social. Assim, a *illusio* fornece ao jogador os meios para compreender, para sentir-se pertencente e responder apropriadamente dentro do jogo (G. Santos, 2015). No entanto, embora o material de um crítico de inclusão no mundo, a posição particular ocupada e os conhecimentos que ela possibilita, pode a princípio olhar teoricamente "entre parênteses" de uma maneira um tanto simples, a influência da prática e o conhecimento é excepcionalmente difícil de neutralizar ou suspender. Bourdieu (2001) observa como qualquer crítico que o primeiro impulso é:

(. . .) suspeitos de usar as armas de ciência na busca de interesses pessoais, para abolir até mesmo a si mesmo como um sujeito cognoscente, recorrendo aos procedimentos mais impessoais e automáticos, aqueles que são menos questionáveis. (p.77).

Para o autor, a intuição indicativa de conhecimento prático pode ser duvidosa: embora possa contribuir com "conhecimento interno" para desmistificar o reino do "natural", objetivação projetada para revelar processos de estruturação também pode permitir uma recém-informada crítica do objetivado (quanto às intenções do pesquisador). No entanto, ele propõe pesquisa reflexiva fornecida:

Não há nenhum objeto que não implique um ponto de vista, mesmo que seja um objeto produzido com a intenção de obliterar seu ponto de vista (isto é, seu preconceito), a intenção de superar a perspectiva parcial que está associada à manutenção de uma posição dentro do espaço em estudo. Mas nossas próprias operações de pesquisa, obrigando-nos a articular e formalizar o implícito critério de experiência ordinária tem o efeito de tornar possível a verificação lógica de suas próprias instalações. (Bourdieu, 1992, p.79).

¹⁴ A *illusio* é um jogo social levado a sério, uma fantasia subjetiva coletivamente sancionada, calcada em uma metafísica da distinção, pois para ser o centro do mundo.

É importante ressaltar que tal abordagem localiza a pesquisa dentro do tempo e do espaço, reconhecendo que os resultados serão necessariamente ativados, definidos e contidos por ambos os termos do procedimento específico aos universos corporativos e, portanto, às próprias disposições que tais pesquisas procuram abordar e avaliar, inevitavelmente exibindo de alguma forma um grau de conhecimento prático (uma "ignorância aprendida" necessária para manter uma posição como "pesquisador" que, no entanto, é qualificado ao se enquadrar no exame dentro do trabalho de objetificação). (Caproni & Bicalho, 2017).

Tal "situação necessária" não é inevitável apenas para colher os frutos da análise reflexiva em geral, mas também é metodologicamente essencial, dado as inúmeras formas de hierarquização operando dentro dos campos, incluindo os diferentes (como observado) normas codificadas ou "regras" e esquemas práticos que fabricam e orquestram a crença por meio da percepção e apreciação, pois o mundo vivido da prática é informado pela "alquimia simbólica" que divide e encanta os ocupantes do campo de várias maneiras além do óbvio, assim exigindo uma posição situada e um conhecimento reflexivo que aprecie (ou "sinta") os termos de reconhecimento em seu estado prático e ainda permite um 'desfazer' ou exame dessa percepção. (Vasconcelos, 2002).

Este processo também se estende ao posicionamento de alguém com referência ao *habitus* primário de origem socioeconômica formativa que deve ser considerado como uma contribuição para postura crítica do pesquisador e que, de fato, este *habitus* pode operar em relação a campos adicionais de influência, exigindo assim uma reflexividade elevada além do que a princípio parecia apropriado. (Brandão, 2010).

O crítico é compelido a reconhecer sua posição situada, uma posição marcada e determinada por forças não menos que aqueles que se enquadram no âmbito da objetificação. A pesquisa crítica deste tipo não é, portanto, uma fuga ou libertação, mas sim uma exploração que sugere que o crítico recusa os atos infinitesimais de covardia e negligência que deixam intacto o poder da necessidade social, de lutar em si mesmo e em outros, a indiferença oportunista ou tédio conformista que permite que um meio social imponha a ladeira escorregadia de conformidade resignada e cumplicidade submissa. (Alcadipani, 2010).

Bourdieu, então, sugere que a demarcação da posição social, a distinção e as competências auxiliares que a disposição exige (no que se refere ao campo do trabalho) pode ser experimentado e reproduzido por meio de uma série de formas "conscientes" e "inconscientes" (para usar uma dicotomia intelectual da qual Bourdieu é crítico), que ele argumenta operar em relação a "pistas" que evocam inclinações codificadas ou disposições específicas para o *habitus* de um agente, assim gerando respostas (positivas ou negativas) ao

ambiente e ao contexto. Isso postula um posicionamento social e distinção, em termos de competências e saberes, a serem reproduzidos em comportamento através de um tipo de atalho sensorial imediato funcionando sem a necessidade de interação (em termos de contato entre corpos), e que vai desde os mais automáticos gestos até as técnicas aparentemente mais insignificantes do corpo a muito abstratas conceituações. (Silva & Oliveira, 2017).

Tal compreensão da ação humana oferece a possibilidade de explicar a longevidade de posições duradouras e tomadas de posição no campo do trabalho e suas principais lógicas de novas maneiras, dada a capacidade de abrir a investigação sobre os detalhes reais e cotidianos de lógicas práticas que, como observado anteriormente, são metodologicamente excluídas do objetivismo tradicional análise e discurso científico. Assim, chega-se mais perto de examinar a teia pegajosa de concreto e percepção situacional e motivacional que vem a servir a dois propósitos principais em qualquer campo:

- Para informar e reforçar uma disposição específica a que tais campos deram origem e que muito tempo depois eles continuam a sustentar e;
- Para manter a exclusão por meio de pistas perceptivas que atuam contra aqueles alheios aos termos de reconhecimento instituídos e graus de violência simbólica, por meio da postulação de relações de ordem e de classificação que são implicitamente aplicadas por meio de reações "negativas" (ou seja, este lugar não é para mim) (Thiry-Cherques, 2006).

Abordar o campo do trabalho nestes termos é, portanto, examinar tomadas de posição como manifestações da batalha simbólica ocorrendo dentro do campo (desdobrando-se por meio de empresas, em países específicos e durante períodos históricos específicos) e, assim, examinar a própria posição dentro dessa batalha em termos das tradições, pistas perceptivas e modos de reconhecimento que produziram um trabalhador, profissional, combatente (ou, na verdade, a vítima simbólica). Esta consideração do lugar de que o crítico do arbitrário fala e age é excepcionalmente importante, visto que é nela que as forças de batalha do campo se aglutinam e ganham expressão; é o lugar onde o campo é sentido pessoalmente é mais imediato, um exemplo de consagração ou excomunhão, designando um agente abraçado ou descartado. (Silva & Oliveira, 2017). Como Bourdieu (1987) continuamente deixa claro:

Todo mundo é caracterizado pelo lugar onde está mais ou menos permanentemente domiciliado, e é caracterizado também pela posição relativa e, portanto, pela raridade, uma fonte de receitas materiais ou simbólicas, de suas localizações, ambas temporárias (por exemplo, lugares de honra e todas as precedências de todos os protocolos) e permanentes (endereço privados e profissionais, lugares reservados, vistas imbatíveis, acesso exclusivo, prioridade, etc.). (p.101).

Os mundos distintos que informam o campo do trabalho, são, talvez, alguns dos principais locais de relações sociais, onde tais associações de distinção e simbólicas e dominação surgem, obviamente na forma de títulos profissionais, graus educacionais, poder, status, aprovação revisada por pares e a atribuição de posições na empresa que recompensa e sugere a continuação implícita de disposições específicas, mas também em estruturas e mecanismos que atuam sobre os agentes em termos corporais mais obscuros. (Araújo, Alves, & Cruz, 2009).

Pois esses títulos também são conferidos sobre os destinatários em termos afetivos por meio da relação de "ser percebido", de responder apropriadamente às pistas, a fim de reconhecer e ser reconhecido por outros. A análise utilizando o modelo fornecido por Bourdieu (1995) permite examinar, por exemplo, a importância da aparentemente ocupação insignificante do espaço físico diário, no nível micro em termos de escritórios, departamentos e edifícios, ou ao nível macro em termos de empresas, países atendidos e importância para população, como uma dica para efetuar as respostas apropriadas por um agente que possui as categorias adequadas de percepção discriminatória.

Ao reconhecer e responder ao que é "pedido" a ele ou ela (embora sem nenhuma "crença explícita", possuída explicitamente como tal em relação a uma possibilidade de descrença, mas sim como uma adesão imediata, uma submissão doxical às injunções do mundo empresarial), o agente é sujeito e participante de um processo de violência simbólica. O Método de Bourdieu permite examinar uma localização física no espaço e as pistas que incorpora como funcionando para confirmar ou negar uma posição simbólica e social correspondente a uma posição dentro de um campo, como verdade "estrutural" inerente à troca, no entanto, obscurecida ou reprimida tanto pela prática lógica amplamente indicativa do cotidiano, e a prolongada socialização alcançada por meio imersão em um determinado campo (Silva & Oliveira, 2017). É importante reconhecer o potencial de tal compreensão para o exame do processo de dominação simbólica, pois permite um maior exame das "verdades

duplas" da prática (a contradição entre a verdade subjetiva e realidade objetiva que funciona na forma de compreensão e, mais especificamente, de ilusão) e as formas de possível alienação que podem ocorrer quando essas verdades incorporadas estão sujeitas a avaliação objetiva.

Este elemento de "dupla verdade" é muitas vezes ignorado no exame do mundo corporativo, especificamente no que se refere ao *esprit de corps*¹⁵ que resulta da ilusão e que claramente fabrica e mantém um sentido sagrado de lealdade e tradição que é caro pelas empresas (e quais funções, com vários graus de sucesso, reprimi a verdade objetiva de dominação que mantém suas estruturas hierárquicas) (J. Santos, 2015). Para Bourdieu, tais noções de "lealdade", "herança" e "tradição" são eufemismos conscientes que significam um processo estrutural mais profundo de compromisso e crença, o equivalente (em uma forma mais institucionalizada) dos provérbios que ele examinou na sociedade cabila¹⁶ e o "riso dos bispos" investigou dentro da igreja católica moderna, ou seja, "deslizes da língua", embora vagos, que sugerem um indivíduo que detém alguma forma de compreensão intuitiva da violência inerente às práticas de troca, mas também uma necessidade correlata de sustentá-la, a fim de manter uma posição em um campo que permite que sejam quem são Bourdieu (2005, p.258) observa como isso,

Leva alguém possa que pensar que não está testemunhando uma mentira cínica, mas sim uma lacuna entre a verdade objetiva, reprimida em vez de ignorada, e a verdade vivida das práticas, e que está à verdade vivida, que oculta, pelos próprios agentes, a verdade trazida à luz pela análise, é parte da verdade das práticas em sua definição completa.

A noção de *illusio* é, portanto, excepcionalmente importante ao realizar um exame reflexivo do campo em que se está situado, por *illusio*, incorporando um sentimento legitimado de "ser", ou "pertencer" (ser de ato devido a pertencer) a um universo social específico e mundo.

Dado a nós por imersão no jogo, é composta de uma sensação corporal ou corpórea de

¹⁵ Significado de *esprit de corps* em inglês. Os sentimentos, como orgulho e lealdade, compartilhados por membros de um grupo de pessoas: Sua liderança manteve o *esprit de corps* da equipe intacto durante os períodos difíceis.

¹⁶ Região de cultura berbere da Argélia, Cabília é uma sociedade ordenada segundo o princípio androcêntrico, onde o masculino e o feminino se diferenciam na forma de uma oposição e de uma assimetria: o masculino é visto como hierarquicamente superior ao feminino e é construído contra e em relação a este.

"adesão", de adequação e "em casa", tanto quanto qualquer noção consciente e reflexiva de pertencimento, que, quando combinado com o reconhecimento do jogo e suas apostas, fornece um investimento (emocionante) no jogo sugerido por Bourdieu é semelhante ao funcionamento da libido. (Leal et al., 2012).

Illusio, ao que parece, é baseada na posição segura dentro de um campo e na contínua predisposição (via *habitus*) para responder aos termos de reconhecimento instituídos nesse domínio, mas também pode ser assumir que tal crença repousa sobre o reconhecimento de que seus esforços valem a pena. Illusio necessariamente envolve um elemento de confirmação de suas atividades nos campos de jogo primários ou relacionados, seja em termos de manifesto (respeito departamental, incentivo de colegas, financiamento empresarial, status, etc.), ou em um sentido mais corpóreo. (Alcadipani, 2010).

O processo de posição social renderizado por meio de pistas embutidas no espaço físico pode ser entendido como uma contribuição para o desejo contínuo de fazer parte de um jogo e de um campo, à medida que o espaço físico envolve e circunda um corpo que pode ser, como Bourdieu observa, impressionado e modificado de forma duradoura, com espaço físico, muitas vezes definindo em termos concretos e brutos (edifícios, escritórios mobiliados e bem cuidados) a confirmação de que o corpo deve sentir e responder (de maneira corporal) para sentir legitimado. *Esprit de corps* é, portanto, uma forma desigualmente distribuída de capital simbólico, e pode ser entendida como uma forma de lealdade carregada com a aura de um determinado profissional de história da instituição, produzindo competências culturais específicas e orientações para a ação de forma diferente de acordo com o espaço em que é gerado. (Risso, 2008).

Como examinaremos mais adiante, essa lealdade é produzida em relação ao processo de reconhecimento, a partir do ato de ser reconhecido e valorizado, o que por sua vez sugere uma dívida recíproca a ser paga pelo agente, ao grupo que avaliou ele ou ela. Na verdade, a fabricação de *esprit de corps* envolve um processo de violência simbólica (e que opera amplamente em todos os campos e espaços), onde um processo de encantamento afetivo é entendido como obscurecimento das desiguais relações de poder, proporcionando uma medida de solidariedade e posição social para os participantes (Fagundes, 2017).

Isso é um elemento importante a ser considerado ao realizar pesquisas em histórias corporativas, e as tradições teóricas que perpetuam e defendem, pois abre não apenas a investigação no lugar e o espaço e as lealdades que eles geram em termos abertamente conscientes (tradições corporativas e os diferentes gêneros do profissionalismo) e em termos corporais (o senso de "pertencimento" sustentado por várias pistas que reproduzem distinções

sociais), mas também sua influência sobre os graus de ilusão em termos de cargos e tomadas de posição. (Santos, 2007).

Em outras palavras, qualquer crítica realizada às tradições teóricas estabelecidas, investigativas, procedimentos ou sistemas conceituais gerais (pertencentes, neste caso, ao mundo corporativo), reflete um lugar no espaço social e físico e, portanto, irá sugerir o grau de ilusão que alguém incorpora ou mantém em relação ao campo (e jogo). Este profissional, ocupando por vários anos uma posição em uma empresa amplamente subfinanciada foi, portanto, produzido em relação a um número de princípios de distinção e divisão para incorporar esquemas classificatórios que, em última análise, influenciam o grau de ilusão mantida em relação ao "jogo" mais amplo do trabalho e as "regras" que condicionam seus termos de jogo em instâncias mais específicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De seu extenso trabalho sobre teoria social até suas publicações explicitamente intervencionistas, Pierre Bourdieu oferece um recurso intelectual formidável para os reflexivamente inclinados ao trabalho. Embora sua crítica dos sistemas de estratificação social seja ampla, seu fundamento às críticas à violência simbólica inerente às práticas representacionais do intelectual campo auxilia na revelação das atividades dos detentores do monopólio dos instrumentos de difusão, abrindo caminho para que as condições de acesso ao universal estejam disponíveis para todos.

Para estudos do trabalho, uma disciplina situada no respeito aos padrões tradicionalmente autônomos do campo intelectual e as demandas do mercado aberto, a sociologia reflexiva de Bourdieu fornece três benefícios distintos. Primeiro, auxilia na produção de entendimentos de fenômenos que são inteiramente mais razoáveis como produções de conhecimento dada sua atenção, por meio da rigorosa prática de reflexividade, para determinação de campo.

Em segundo lugar, essa atenção à reflexividade (e quanto maiores padrões de objetividade científica que introduz na prática social do mercado de trabalho) contribui para a capacidade do campo para alcançar um maior nível de autonomia dos termos heterônomos do mercado aberto, que Bourdieu identifica como definindo cada vez mais a lógica da mídia e do setor trabalhista.

Em terceiro, essa ênfase na reflexividade e nas possíveis condições de autonomia que ela pode fornecer posiciona o campo dos estudos do trabalho para alcançar uma maior respeitabilidade no meio corporativo mais amplo da comunidade (proporcionando assim os meios para alcançar um nível de reconhecimento historicamente procurado por campo, em termos de garantir algum grau duradouro de legitimidade). Em vez de um pensador eclético faltando a especificidade exigida por campos especializados de investigação, Bourdieu, portanto, oferece as ferramentas para uma compreensão abrangente da situação da vida social, proporcionando a possibilidade de futuras pesquisas que estejam plenamente cientes dos mecanismos da violência simbólica.

A abordagem de Bourdieu à mudança social por meio da desnaturalização do status quo é poderosa e útil. O conceito de violência simbólica armazenado no *habitus* é uma maneira de compreender a aceitação das pessoas de sua própria dominação.

Por meio do processo de formação de consciência histórico-cultural, de caráter sexista e dadas como naturais, faz um caminho do externo para o interno e garante sua reprodução de

forma sistemática, de modo que o indivíduo tenha aceitação no meio.

Através desse mecanismo de manutenção social, no qual o próprio dominado defende como algo biológico e inato do sexo, o que se dá por meio de uma violência simbólica, enraizada no processo educacional, reverbera nas sistemáticas do trabalho, caracterizando a exploração da mulher impondo determinados papéis no mercado de trabalho. Em um sistema capitalista, associa não involuntariamente, mas com o desígnio de manter o gênero privilegiado no poder econômico, reservando à mulher trabalhos de ordem emocional.

Esses trabalhos são considerados das habilidades intrínsecas do gênero feminino. Justificando a diferença na remuneração e na exploração da força de trabalho feminino, acentua-se o abismo social de sexo e gênero. A escola como agente da educação formal e socializadora pode fornecer subsídios para a desconstrução das estruturas que fomentam a dominação masculina.

Em seu método, Bourdieu propõe desfazer os mecanismos de desistoricização e universalização por meio dos quais o funcionamento arbitrário perpetua o poder, é amplamente aceito por muitos teóricos pós-positivistas.

Algumas das possibilidades aplicadas para libertar a mente, foram brevemente apresentadas. O desafio de Bourdieu ao status quo e a lógica prática em particular, deve ser levado muito a sério se quisermos ir além de nossas injustiças ocultas mais prementes para um futuro mais igualitário.

REFERÊNCIAS

- Albino, J. C. A., Cattabriga, C. L., Rezende, O., & Neiva, R. C. S. (2011). Sujeitos estrategistas, suas escolhas, decisões e estratégias. In *XXXV Encontro da Anpad*. Rio de Janeiro, RJ.
- Alcadipani, R. (2010). Violência e masculinidade nas relações de trabalho: imagens do campo em pesquisa etnográfica. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(1), 92-110. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1679-39512010000100007>.
- Almeida, L. R. S. (2005). Pierre Bourdieu: a transformação social no contexto de “a reprodução”. *Revista Inter Ação*, 30 (1), 139-155. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/1291>.
- Araújo, F. M. B., Alves, E. M., & Cruz, M. P. (2009). Algumas reflexões em torno dos conceitos de campo e de *habitus* na obra de Pierre Bourdieu. *Revista Perspectivas da Ciência e Tecnologia*, 1(1), 31-40. Recuperado de <https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/revistapct/article/view/14>.
- Barsted, L. L. (2007). A resposta legislativa à violência contra mulheres no Brasil. In S. S. Almeida (Org.), *Violência de gênero e políticas públicas (pp.119-137)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Bender, M. (2017). Violência simbólica no trabalho: análise da demanda judicial de assédio moral no estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, 4(2), 148-166. Recuperado de <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/152>.
- Benevides, M. V. (2004). Cidadania e Questão de Gênero. In M. L. Silveira, M. L., T. Godinho (Org.), *Educar para a igualdade: gênero e educação escolar (pp.91-106)*. São Paulo: Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Especial da Mulher.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (1992). *Reponses pour une anthropologie réflexive*. Paris: Seuil.

Bourdieu, P. (1995). A dominação masculina. *Educação & Realidade*, 20(2), 133-184.
Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71724>.

Bourdieu, P. (2001). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bourdieu, P. (2005). *Habitus*. In J. Hillier, & E. Rooksby (Orgs.), *Habitus: a sense of place*. Londres: Ashgate Publishing Co.

Bourdieu, P. (2007). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva. 2007.

Brandão, Z. (2010). Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. *Educação e Pesquisa*, 36(1), 227-241. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ep/a/Wh3V3GH79HTWmJg3SsDdDQy/?format=pdf&lang=pt>.

Ministério da Educação. (1997). *Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF.

Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. (2020). *RAIS 2020*. Brasília: Ministério do Trabalho. Recuperado de <http://pdet.mte.gov.br/rais>.

Bruschini, M. C. A. (1981). Vocação ou profissão? *Revista Ande*, 1(2), 70-74.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (1998). Brasília: Senado Federal.

Mulheres estavam na linha de frente da primeira greve geral da história do Brasil. (2019). *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/01/mulheres-estavam-na-linha-de-frente-da-primeira-greve-geral-da-historia-do->

gênero e sexualidades: conversando com professoras e professores. Espaço Pedagógico, 27(1), 223-243. Recuperado de <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10583>.

Ferreira, V. (2004). O novo e velho no trabalho das mulheres. In C. Silva, & M. B. F. Avila (Orgs.), *Mulher e trabalho* (pp.31-38). Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a mulher trabalhadora da CUT.

Guerra destruiu figura do "homem herói" e consagrou mulher no trabalho. (2015). *Uol*. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2015/05/08/guerra-destruiu-figura-do-homem-heroi-e-consagrou-mulher-no-trabalho.htm>.

Giddens, A. (2005). Trabalho e vida econômica. In A. Giddens, *Sociologia* (pp.305-341). Porto Alegre: Artemed.

Goldenberg, M., & Toscano, M. (1992). *A revolução das mulheres*. Rio de Janeiro: Revan.

Greve geral de 1917. (1917). *Riomemórias*. Recuperado de <https://riomemorias.com.br/memoria/greve-geral-de-1917/>.

Guillaumim, C. (2014). Prática del poder e idéia de natureza. In M. CISNE, *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez.

Héron, F., (1987). La seconde nature de l'*habitus*. *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, nº 3, 385-416.

Iasi, M. L. (1999). *Processo de consciência*. São Paulo: CPV.

IBGE: Estudo mostra desigualdade de gênero no mercado de trabalho (2021, 03 de março). *Uol*. Recuperado de <https://economia.uol.com.br/noticias/agencia-brasil/2021/03/04/estudo-revela-tamanho-da-desigualdade-de-genero-no-mercado-de-trabalho.htm>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (1970). *Censo demográfico: 1970*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=769&view=detalhes>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (1980). *Censo demográfico 1980: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2021, 5 de março). *Estatísticas de Gênero: ocupação das mulheres é menor em lares com crianças de até três anos*. Rio de Janeiro: IBGE. Estatísticas Sociais. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos>.

Janowski, D. A., & Medeiros, C. C. C. (2018). Corpo social e capital corporal: considerações a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu. *Problemata: R. Intern. Fil.*, 9(2), 283-293. Recuperado de <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/41247>.

Leal, E. A., Miranda, G. J., Araújo, T. S., & Borges, L. F. M. (2012). Estereótipos na profissão contábil. In *Anais do XXXVI Encontro da Anpad (pp.1-16)*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/63/2012_CON1267.pdf.

Leão, A. M. C. (2017). As vozes pela inclusão na defesa dos direitos humanos. In R. D. Silva, E. I. Hummel, & I. B. Oliveira Junior, I. B. (Orgs.). *Educação, sexualidade e diversidades: políticas públicas educacionais: avanços ou retrocesso?* (pp.18-22). Londrina: Syntagma Editores.

Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008. (2008, setembro 9). Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de

incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União. Brasília: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111770.htm.

Lei nº 12.812, de 16 de maio de 2013. (2013, maio 20). Acrescenta o art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea *b* do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da União. Brasília: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112812.htm.

Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016. (2016, março 8). Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Diário Oficial da União. Brasília: Presidência da República. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm.

Lüdke, M., & André, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

Lucas, E. R. O., & Silveira, M. A. A. (2017). *A ciência da informação encontra Pierre Bourdieu*. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2017.

Macedo, C. V. (1985). Diferenciação ocupacional e salarial do operariado feminino. “Vis-a-Vis” o masculino na indústria brasileira (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR.

Medeiros, C. C. C. (2011). *Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu*. *Movimento*, 17(1), 281-300. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/13430>.

- Medeiros, C. C. C. (2013). Pierre Bourdieu, dez anos depois. *Educar em Revista*, 47, 315-328. 2013. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/er/a/QhYp9x5wJzmFtdWLV5cmR6N/?format=pdf&lang=pt>.
- Medeiros, F. S. B., & Campos, S. A. P. (2020). As Relações de Gênero, os Estereótipos e a Violência Simbólica no Mercado de Trabalho. *Revista de Administração IMED*, 10(1), 127-144. Recuperado de <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/3496>.
- Melo, M. C. O. L. (2011). Mulheres gerentes entre o empoderamento e o teto de vidro. In M. E. Freitas, & M. Dantas (Org.), *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: CNL – CENGAGE/NACIONAL.
- Metzger, J., Maugeri, S., & Benedetto-Meyer, M. (2012). Predomínio da gestão e violência simbólica. *Revista brasileira de saúde ocupacional*, 37(126), 225-242. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0303-76572012000200005>.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social*. Petrópolis: Vozes.
- Morales, P. D. A. (2010). A Violência simbólica no trabalho Escravo contemporâneo. *Segurança Pública & Cidadania*, 2(2), 31-42. Recuperado de <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RSPC/article/view/89>.
- Moreno, M., Camargo, A. M. F., & Araújo, U. F. (1999). *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Editora da Unicamp.
- Nunes, C., & Silva, E. (2006). *A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem de sexualidade para além da transversalidade* (2ª ed.). Campinas: Autores Associados.
- Oliveira, A. P. G., & Cavalcanti, V. R. S. (2007). Violência Doméstica na Perspectiva de gênero e Políticas Públicas. *Rev. Brás. Crescimento Desenvolvimento Humano*,

17(1), 39-51. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/download/19813/21884/23387>.

Ortiz, R. (1983). 1930- *Pierre Bourdieu: Sociologia*. (P. Montero, & A. Auzmendi, Trad.). São Paulo: Atica.

Paschoal, L. (2006). *Como gerenciar a remuneração na sua empresa*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

Perrot, M. (2005). *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru: EDUSC.

Peters, G. (2013). *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 28(83), 47-71. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DVWhYRHDxhgN3yz49tVHTKz/?format=pdf&lang=pt>.

Projeto de lei n. 130/2011, de 24 de fevereiro de 2011. (2011, 24 de fevereiro). Altera a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para que famílias cuja renda mensal per capita seja inferior a meio salário mínimo possam fazer jus ao Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais. Recuperado de <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=491111>.

Rago, M. (1995). As mulheres na historiografia brasileira. In Z. L. Silva (Org.), *Cultura Histórica em Debate* (pp.81-91). São Paulo: UNESP.

Rago, M. (1997). Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 6, n. 1, pág. 59-74, 1997.

Risso, C. A. (2008). Gosto é discutível: uma reflexão sobre o acúmulo de bens simbólicos. *Matrizes*, 2(1), 252-256. Recuperado de <https://studylibpt.com/doc/717142/%C2%ABgosto%C2%BB-%C3%A9-discut%C3%ADvel--uma-reflex%C3%A3o-sobre-o-ac%C3%BAmulo-de-bens>.

- Rosa, A. R., & Brito, M. J. (2009). Ensaio sobre violência simbólica nas organizações. *Organizações & Sociedade*, 16(51), 629-646. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1984-92302009000400002>.
- Rosemberg, F. (1982). *A educação da mulher no Brasil*. São Paulo: Global.
- Salvador, A. D. (1986). Características dos bons apontamentos. In *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica* (11ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Saffioti, H. (1979). *Emprego doméstico e capitalismo* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Avenir Editora Ltda.
- Santos, G. F. de L. (2015) *Jogo e civilização: História, cultura e educação*. Londrina: Eduel. 2015.
- Santos, J. V. T. (2015). A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 108, 183-190. Recuperado de <https://journals.openedition.org/rccs/6169>.
- Santos, R. F. A., & Pires, I. C. S. (2018). A alma da mulher brasileira explodiu em vibrante protesto. Condições de trabalho feminino e formas de resistência em fábricas têxteis do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *Trashumante: Revista Americana de Historia Social*, 12, 54-75. Recuperado de <https://revistas.udea.edu.co/index.php/trashumante/article/download/334124/20790080/>.
- Santos, P. S. M. B. (2007). A aplicabilidade dos conceitos bourdieunianos de *habitus* e campo em uma pesquisa na área da história da educação. *Dialogia*, 6, 49-54. Recuperado de <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/1101>.
- Setton, M. G. J. (2002). A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-70. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200005>.

- Silva, L. F., & Oliveira, L. (2017, maio). O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. *Revista FSA*, 14(3), 160-174. Recuperado de <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1342/1249>.
- Silva, M. B. N. (1987). A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (27), 75-91. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69910>.
- Souza, F. A. (2019). As cigareiras revoltosas e o movimento operário: história da primeira greve feminina do Recife e as representações das mulheres operárias na imprensa. *Cadernos pagu*, 55 (e195513). Recuperado de <https://doi.org/10.1590/18094449201900550013>.
- Souza, R. B. (2014). Formas de pensar a sociedade: o conceito de *habitus*, campos e violência simbólica em Bourdieu. *Ars Histórica*, 7, 139-151. Recuperado de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4766705.pdf>.
- Suárez, M., & Bandeira, L. (2002). A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In C. Bruschini, & S. Unbehaum (Orgs.), *Gênero, democracia e sociedade brasileira* (pp.307-309). São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Tavares, M. S., Sardenberg, C. M. B., & Gomes, M. Q. (2011). Feminismo, estado e políticas de enfrentamento à violência contra mulheres: monitorando a lei Maria da Penha. *Labrys Estudos Feministas*. Recuperado de <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/lei%20MP.htm>.
- Teles, M. A. A., & Melo, M. (2003). *O que é violência contra a mulher*. São Paulo: Brasiliense.
- Thebaud, F. (1991). *História das mulheres no Ocidente*. Porto Alegre: Edições Afrontamento.

- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *Revista De Administração Pública*, 40(1), 27-56. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6803>.
- Trigo, M. H. B. (1998). *Habitus*, campo, estratégia: uma leitura de Bourdieu. *Cadernos Ceru*, 9, 45-55. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74986>.
- Vasconcelos, M. D. (2002). Pierre Bourdieu: a herança sociológica. *Educação & Sociedade*, 23(78), 77-87. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200006>.
- Venâncio, G. M. (2001). Lugar de mulher é... Na fábrica; estado e trabalho feminino no brasil (1910-1934). *História: questões & debates*, (34), 175-200. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/274171344_LUGAR_DE_MULHER_E_NA_FABRICA_ESTADO_E_TRABALHO_FEMININO_NO_BRASIL_1910-1934.
- Wacquant, L. J. D. (2002, novembro). O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. *Revista de Sociologia e Política*, 19, 95-110. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/S0104-44782002000200007>.
- Weber, M. (1992). *Economia y sociedad*. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica.